

RevistaAduana

M A G A Z I N E

ANO XVI – Nº 33 – 2026 | YEAR XVI – No. 33 – 2026

 Edição Bilingue - Português - Inglês
 Bilingual Edition - Portuguese - English

Receita Federal
do Brasil

A MAIOR ENCHENTE DE UMA GERAÇÃO

O impacto humano, econômico e
emocional no Rio Grande do Sul

MATÉRIA EXCLUSIVA com
Superintendente 10ª Região Fiscal
Altemir Linhares de Melo
BR 38 / EN 42

Posse do Delegado
André Sette Câmara
BR 44 / EN 45

Deputado estadual
Frederico Antunes
BR 61 / EN 64



URUGUAIANA

A CAPITAL NACIONAL DOS FREE SHOPS

Uruguiana vive um dos capítulos mais relevantes de sua história. A presença e o crescimento sustentável dos Free Shops de Uruguiana transformaram o município em referência nacional, não apenas pela força comercial, mas pelo impacto social, econômico e institucional que esse ecossistema gera para toda a região.

Hoje, com a maior concentração de Free Shops do Brasil, Uruguiana consolida uma indústria que vai muito além do comércio. É uma indústria de transformação social e econômica, capaz de gerar oportunidades reais para a população e novos horizontes para a cidade.

Milhares de empregos diretos e indiretos surgem a partir desse setor dinâmico, garantindo renda, qualificando mão de obra e, principalmente, mantendo os jovens na cidade, que encontram nos Free Shops uma chance concreta de construir carreira, crescer e permanecer em Uruguiana. Trata-se de um movimento estruturante que fortalece famílias e impulsiona a economia local.

O avanço dos Free Shops de Uruguiana elevou o município a um novo patamar de desenvolvimento. A cidade passou a atrair visitantes de todo o Brasil e do exterior, consolidando-se como destino turístico de compras, movimentando hotéis, restaurantes, transportes, serviços e toda uma cadeia de negócios que gera divisas importantes para o município e para o Estado.

A presença de grandes marcas mundiais e produtos de alta qualidade, acessíveis a brasileiros e estrangeiros, democratiza o consumo e cria um ambiente comercial moderno, competitivo e alinhado às tendências internacionais. É a economia global ao alcance de todos, de forma organizada, segura e dentro das normas estabelecidas.

Esse crescimento, no entanto, não acontece sozinho. Ele é fruto da harmonia entre comércio, sindicatos, governo municipal, governo federal e a Receita Federal, uma parceria sólida e exemplar. A atuação técnica, orientadora e fiscalizadora da Receita Federal é fundamental para a integridade, segurança e sustentabilidade do setor, garantindo que Uruguiana continue sendo um modelo de operação equilibrada, transparente e responsável.

Mais do que um polo de compras, os Free Shops de Uruguiana representam orgulho para a cidade. Representam a capacidade de inovar, de crescer, de gerar oportunidades e de construir um ambiente socioeconômico que inspira outras regiões.

**REPRESENTAM DESENVOLVIMENTO COM RESPONSABILIDADE.
REPRESENTAM FUTURO.**

URUGUAIANA, ONDE OS FREE SHOPS SE TORNAM UM SÍMBOLO DE
PROGRESSO, PARCERIA INSTITUCIONAL E TRANSFORMAÇÃO SOCIAL.



PAPATUDO
FREE SHOP

BAH
FREE SHOP

SB
SALVADOR
BRAZIL

CENTRAL
FREE SHOP

BRASIL
FREE SHOP

BAMBINO
FREE SHOP

BOULEVARD
FREE SHOP

NEW YORK
FREE SHOP



Ponte Internacional Getúlio Vargas – Agustín Pedro Justo, ligação entre Brasil e Argentina.

INFORMAÇÃO SUPERIOR PARA O COMÉRCIO EXTERIOR

A missão da Revista Aduana Brasil é informar as atividades das aduanas, sempre se pautando pelo engrandecimento das Instituições Públicas e Privadas, responsáveis pelo desenvolvimento do Brasil.

Alliance Group - 49.441.054/0001-81
Avenida Yojiro Takaoka, 4384 - Sala 208
Alphaville - Santana de Parnaíba

Periodicidade: Semestral

Diretor-Geral: Roberto Borges
robertoborges@revistaaduana.com.br

Financeiro: Christiane Bilésimo
financeiro@revistaaduana.com.br

Jornalista responsável: Altair Magagnin Jr. (JP 03439 SC)

Correspondente América do Norte - EUA
Alessandra Vieira

Correspondente América do Sul
Juan Peres

Correspondente Mercosul
Julian Sanchez

Correspondente Brasília (DF)
Walquiria B. Lancini

Projeto Gráfico e Direção de Arte: Bruna Mariano Inacio (Berimbau Comunicação)

Tradução: AB Traduções

Fotos: Revista Aduana

Distribuição: EBCT - Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos

Circulação Nacional: Auditores Fiscais da Receita Federal, Alfândegas do Brasil, Portos, Aeroportos, Ministérios, Senado Federal, Câmaras Federal e Estaduais, Prefeituras, Empresas de Transporte e Logística, Empresas de Comércio Exterior.

Circulação Internacional: Alfândegas e Embaixadas dos seguintes países:

- | | | |
|-------------------|--------------------|------------------------|
| • África do Sul | • Egito | • Líbano |
| • Angola | • Equador | • Libia |
| • Albânia | • El Salvador | • Malásia |
| • Arábia Saudita | • Espanha | • Marrocos |
| • Argentina | • Emirados Árabes | • México |
| • Austrália | • Estados Unidos | • Moçambique |
| • Alemanha | • Filipinas | • Mali |
| • Argélia | • Finlândia | • Mongólia |
| • Áustria | • França | • Nepal |
| • Bangladesh | • Reino Unido | • Nigéria |
| • Bolívia | • Guatemala | • Nicarágua |
| • Bulgária | • Guiné Equatorial | • Noruega |
| • Bélgica | • Grécia | • Nova Zelândia |
| • Cabo Verde | • Haiti | • Países Baixos |
| • União Européia | • Honduras | • Palestina |
| • Costa Rica | • Hungria | • Paraguai |
| • Cuba | • Irã | • Portugal |
| • Camarões | • Índia | • Panamá |
| • Chile | • Iraque | • Peru |
| • Cingapura | • Israel | • Paquistão |
| • Congo | • Indonésia | • Polónia |
| • Costa do Marfim | • Irlanda | • República Tcheca |
| • Canadá | • Itália | • Rússia |
| • China | • Jamaica | • República Dominicana |
| • Colômbia | • Japão | • Romênia |
| • Coreia | • Jordânia | • Eslováquia |
| • Croácia | • Kuwait | • Ruanda |
| • Dinamarca | • Lituânia | • Santa Sé |

Direitos de Reprodução: Nenhum material desta publicação pode ser re-produzido sem prévia autorização. Opiniões e conceitos emitidos nos artigos assinados não são necessariamente os mesmos da Revista Aduana Brasil, sendo assim a mesma não se responsabiliza por artigos assinados.

A Tabela de Publicidade da Revista Aduana Brasil, opera com seus valores líquidos, sendo assim, quaisquer tipos de comissionamento deverão ser acrescidos ao valor de tabela.

Pagamentos à Revista Aduana Brasil só podem ser feitos via depósito bancário na conta da mesma após apresentação da Nota Fiscal.

Administração e Publicidade
www.revistaaduana.com.br
revistaaduana@revistaaduana.com.br



Editorial
Roberto Borges, diretor-geral da Revista Aduana
BR / EN 7



Alfândega Uruguiana (RS)
Delegado Wilsimar García Junior
BR 10 / EN 16



Alfândega de Porto Alegre(RS)
Delegado Gastão Tonding
BR 19 / EN 23



Alfândega Rio Grande (RS)
Delegado Cristiano Demboski
BR 28 / EN 33



Superintendente 10ª Região Fiscal
Altemir Linhares de Melo
BR 38 / EN 42



Posse
Delegado André Sette Câmara
BR 44 / EN 45



Alfândega de Itajaí (SC)
Delegado André Sette Câmara
BR 48 / EN 52



Alfândega Imbituba (SC)
Inspetor Celso Füssiger Luz
BR 56 / EN 58



Deputado estadual
Frederico Antunes
BR 61 / EN 64





EDITORIAL

Caro leitor(a), esta edição reúne relatos sobre um dos períodos mais desafiadores da história do Rio Grande do Sul.

Entre abril e maio de 2024, a maior tragédia climática já registrada no Estado atingiu 478 municípios e impactou cerca de 2,4 milhões de pessoas. A resposta exigiu coordenação e aplicação técnica da legislação tributária e aduaneira.

Sob a liderança de Altemir Linhares de Melo, superintendente da 10ª Região Fiscal da Receita Federal do Brasil, foram adotadas medidas emergenciais. Houve prorrogação de prazos tributários, liberação antecipada de restituições do Imposto de Renda e disponibilização de bilhões em créditos por meio do programa de restituição, ressarcimento ou reembolso. Na área aduaneira, o programa Receita Via Rápida permitiu o ingresso célere de doações internacionais.

A Alfândega de Porto Alegre, chefiada por Gastão Tonding, manteve plantão permanente no Aeroporto Internacional Salgado Filho. Atuou no desembarço de cargas humanitárias, no controle de bagagens e na fiscalização pós-desembarço. Também participou da liberação acelerada de créditos tributários.

Na fronteira oeste, a Alfândega de Uruguaiana, conduzida por Wilsimar Garcia Junior, reorganizou fluxos para absorver o aumento das importações emergenciais.

No Porto do Rio Grande, a gestão de Cristiano Demboski aplicou análise de risco baseada em dados, intensificou a vigilância marítima e adotou procedimentos simplificados para cargas essenciais.

No âmbito legislativo, o deputado estadual Frederico Antunes atua em frentes voltadas às lojas francas terrestres e à aviação regional.

Esta edição também traz destaque sobre Santa Catarina, apresentando novidades sobre as alfândegas de Itajaí e Imbituba.

Os relatos mostram a atuação da Receita Federal na arrecadação, no controle do comércio exterior e na resposta à calamidade pública.

Boa leitura.
Roberto Borges
Diretor
Revista Aduana

Dear Reader, this edition presents accounts from one of the most challenging periods in the recent history of Rio Grande do Sul. Between April and May 2024, the most severe climate disaster ever recorded in the state affected 478 municipalities, impacted around 2.4 million people, and generated estimated losses of BRL 87 billion. The institutional response required coordination, agility, and the technical application of tax and customs legislation. Under the leadership of Altemir Linhares de Melo, Superintendent of the 10th Fiscal Region of the Brazilian Federal Revenue Service, emergency fiscal measures, customs simplifications, and integrated logistical actions were implemented. These included the extension of tax deadlines, the early release of BRL 1.4 billion in Individual Income Tax refunds, and the availability of BRL 1.3 billion in tax credits through PER/DCOMP. In the customs sphere, the Receita – Via Rápida program streamlined the clearance of international donations, including 80 metric tons of bottled water donated by Paraguay. The Porto Alegre Customs Office, led by Gastão Tonding, ensured the clearance of humanitarian cargo, passenger baggage control, and post-clearance enforcement, maintaining permanent duty shifts at Salgado Filho International Airport. The Uruguaiana Customs Office reorganized logistical flows to absorb the increase in imports destined for emergency response, while the Port of Rio Grande applied data-driven risk analysis, intensified maritime surveillance, and adopted simplified procedures to release essential cargo despite infrastructure impacts. The edition also highlights developments in Santa Catarina. The Itajaí Customs Office administers approximately BRL 100 billion in annual customs revenue and processes over 210,000 import declarations, prioritizing risk analysis, artificial intelligence, and logistics integration. At the Port of Imbituba, integrated enforcement was intensified, procedures were aligned with port stakeholders, and joint operations resulted in the detention of more than 473,500 non-certified telecommunications products. These accounts demonstrate the essential role of the Brazilian Federal Revenue Service and its customs units in safeguarding revenue, controlling foreign trade, and responding effectively to public calamities.

URUGUAIANA

WILSIMAR GARCIA JUNIOR

Delegado da Alfândega em Uruguiana

COMÉRCIO INTERNACIONAL É UMA ATIVIDADE REALIZADA EM VÁRIAS MÃOS

Atuação integrada amplia a eficiência e a fluidez das operações de comércio exterior na fronteira com a Argentina e o Uruguai

Wilsimar Garcia Junior, natural do Rio de Janeiro (RJ), é auditor-fiscal da Receita Federal do Brasil. Desde 2021, exerce a função de Delegado da Alfândega da Receita Federal do Brasil em Uruguiana, na fronteira oeste do Rio Grande do Sul.

Bacharel em Ciências Contábeis pela Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), ingressou na Receita Federal do Brasil em junho de 2013, com lotação inicial na então Delegacia da Receita Federal do Brasil em Uruguiana.

Ao longo da carreira, atuou em atividades de fiscalização e controle aduaneiro e ocupou funções de chefia na estrutura da unidade. Exerceu a função de Delegado-Adjunto e assumiu a titularidade da Alfândega de Uruguiana em dezembro de 2021.

Sua atuação envolve a implementação de iniciativas voltadas à inovação operacional nos processos de fiscalização e controle aduaneiro, além de ações de articulação institucional e participação em projetos de responsabilidade social desenvolvidos na região de fronteira.

Em 2022, recebeu a Medalha Noé Winkler, concedida por escolha entre seus pares, como reconhecimento ao desempenho funcional.



Expressivo volume de despachos aduaneiros do modal rodoviário

A Alfândega da Receita Federal do Brasil em Uruguiana exerce jurisdição sobre sete unidades aduaneiras e pontos de fronteira alfandegados no oeste do Rio Grande do Sul. A área abrange localidades estratégicas nas fronteiras com a Argentina e o Uruguai, concentrando parte relevante do fluxo rodoviário internacional do país.

Integram a jurisdição a Alfândega da Receita Federal do Brasil em Uruguiana; as Inspetorias da Receita Federal do Brasil em Itaqui, São Borja, Porto Mauá e Porto Xavier, todas em fronteira com a Argentina; além da Agência da Receita Federal do Brasil na Barra do Quaraí e da Inspetoria da Receita Federal do Brasil em Quaraí, ambas em localidades com fronteira com o Uruguai.

A unidade conta com um Polo Regional de Despachos Aduaneiros, responsável pelo processamento dos despachos de todas as unidades sob sua jurisdição. O polo também responde pelos despachos realizados no Porto Seco Rodoviário de Santana do Livramento (RS), ampliando o alcance operacional da alfândega.

No ano de 2025, o Polo de Despachos da ALF Uruguiana foi responsável pelo desembarço de aproximadamente 46% de todas as declarações aduaneiras do modal rodoviário no país, evidenciando sua centralidade nas operações terrestres de comércio exterior.

Dois grandes recintos se destacam na jurisdição pelos volumes processados: o Porto Seco Rodoviário de Uruguiana e o Centro Unificado de Fronteira Santo Tomé São Borja. Até o mês de outubro de 2025, esses recintos registraram, respectivamente, 121.107 e 106.334 declarações aduaneiras desembarçadas.



Além do volume operacional, as unidades concentram os maiores fluxos comerciais entre Brasil e Argentina. No acumulado de 2025 até outubro, a Alfândega de Uruguiana respondeu por mais de 23% da corrente de comércio entre os dois países, enquanto São Borja representou cerca de 16%, consolidando a jurisdição como eixo central do comércio bilateral no modal rodoviário.

Sistema VAI estrutura controle inteligente na fronteira de Uruguiana

A Alfândega da Receita Federal do Brasil em Uruguiana desenvolveu, com base no conhecimento técnico dos servidores locais, o Sistema VAI – Vigilância Aduaneira Inteligente. A solução é considerada a primeira iniciativa de Smart Border voltada ao controle de cargas em fronteira terrestre no país.

O VAI é composto por um sistema integrado que reúne cancelas automatizadas, painéis informativos, leitoras de QR Code, meios dedicados de comunicação e uma central de monitoramento. O objetivo é automatizar e controlar o fluxo de veículos de carga que circulam pelo ambiente de operações aduaneiras de Uruguiana, especialmente os que ingressam ou saem do país por esse ponto de fronteira.

O sistema foi projetado para controlar, de forma eficiente e contínua, o fluxo de caminhões que entram e saem do território nacional pelo recinto alfandegado de Uruguaiana. O volume médio é de aproximadamente 700 veículos por dia, com registros de picos superiores a 1.000 caminhões diários em períodos de maior demanda.

A operacionalização do VAI teve início em agosto de 2023. Com a utilização consolidada na fronteira de Uruguaiana, em 2025 foi possível avançar na incorporação de novas funcionalidades procedimentais e estruturais, com foco simultâneo no fortalecimento do controle aduaneiro e na maior fluidez do tráfego de cargas. Esse conjunto de avanços passou a ser denominado VAI 2.0.

Antecipação de informações amplia gestão de riscos e previsibilidade operacional

Na vertente procedimental, destaca-se a antecipação das informações relativas à chegada dos veículos de carga ao país. A medida passou a ser aplicada a todos os caminhões que ingressam por Uruguaiana e amplia significativamente o volume de dados disponíveis antes da chegada física ao recinto.



Entre os efeitos práticos já observados estão o aumento da base informacional para gerenciamento de riscos e definição de padrões de análise, maior previsibilidade da demanda, maior eficiência na gestão dos pátios dos recintos aduaneiros e agilidade nos procedimentos de ingresso no Porto Seco Rodoviário.

A iniciativa também gera ganhos no controle de veículos vazios e incentiva a utilização de horários de menor intensidade de tráfego, contribuindo para a redução de congestionamentos sobre a Ponte Internacional.

Ainda no eixo procedimental, foram incorporadas novas camadas de controle e conformidade, como a leitura automática de placas veiculares por tecnologia OCR. O sistema também foi estruturado para futura utilização de biometria facial, integrada às cancelas automáticas de liberação.

Videomonitoramento cobre trajeto entre fronteira e Porto Seco Rodoviário

No aspecto estrutural, um dos desafios identificados era o monitoramento do trecho entre o recinto aduaneiro de fronteira e o Porto Seco Rodoviário. Para atender a essa necessidade, foi implantado o sistema de Videomonitoramento do Trânsito Aduaneiro Simplificado (TAS).

Para atender a essa necessidade, foi implantado o sistema de Videomonitoramento do Trânsito Aduaneiro Simplificado (TAS).

O projeto foi idealizado pela Alfândega da Receita Federal do Brasil em Uruguaiana e projetado e implementado pela Multilog S.A., atual concessionária do Porto Seco Rodoviário, como exigência da nova concessão do recinto.

O TAS cobre um trajeto aproximado de seis quilômetros ao longo da Rodovia BR-290, entre o Terminal Aduaneiro e o Porto Seco Rodoviário. O sistema conta com câmeras de vigilância fixa para cobertura perimetral total e câmeras LPR destinadas à leitura automática de placas veiculares, distribuídas em nove pontos estratégicos ao longo do percurso.

A infraestrutura inclui enlaces de comunicação por rede sem fio e cabeamento estruturado de grande extensão, garantindo a transmissão contínua e segura das imagens. O projeto também contemplou a remodelação da sala de monitoramento do VAI, com ampliação dos monitores, além da disponibilização das imagens em tempo real nos dois polos operacionais.

O sistema dispõe ainda de servidor de alta capacidade, com armazenamento de até 180 dias de gravação ininterrupta.

Com a implantação do TAS, foram concluídas as entregas previstas no VAI 2.0. O conjunto de soluções integra automação, monitoramento e gestão de informações, ampliando a capacidade de fiscalização, reforçando a segurança das operações e contribuindo para maior fluidez no tráfego de cargas no principal corredor rodoviário de comércio exterior da região.

Ações de cidadania fiscal e integração comunitária ampliadas

A Alfândega da Receita Federal do Brasil em Uruguaiana (ALF/URA/RS) desenvolve, de forma permanente, ações voltadas à cidadania fiscal e à integração com a comunidade local, complementando suas atribuições de fiscalização e controle aduaneiro na fronteira oeste do Rio Grande do Sul.

No eixo de Aduana e Educação, duas ini-

ciativas estruturadas concentram parte relevante desse trabalho. A primeira é o projeto Conheça Nossa Aduana, que viabiliza visitas guiadas ao Terminal Aduaneiro e ao Porto Seco Rodoviário de Uruguaiana. A ação é direcionada a estudantes, profissionais, autoridades e ao público em geral, permitindo o acompanhamento direto das rotinas operacionais. As visitas incluem palestras técnicas e observação in loco das atividades, proporcionando compreensão prática sobre o funcionamento da aduana e o papel institucional da Receita Federal.

A segunda iniciativa é a parceria contínua com o projeto AprendComex, desenvolvido pelo Sindicato dos Despachantes Aduaneiros. A ALF/URA/RS participa como unidade apoiadora, com a atuação direta de servidores em seminários, eventos e atividades formativas. O projeto tem como foco a inclusão social e profissional, oferecendo a jovens e adultos, especialmente de áreas periféricas, acesso a conhecimentos básicos e práticos sobre comércio exterior e rotinas aduaneiras.

Além das ações educativas, a unidade mantém atuação sistemática na área social por meio da destinação de mercadorias apreendidas. As atividades envolvem a descaracterização de produtos contrabandeados, a participação em mutirões e a execução de campanhas institucionais voltadas à cidadania fiscal, como Eu Sou Cidadão Solidário e Cidadania Fiscal na Extensão Universitária.

O conjunto dessas ações integra a estratégia de cidadania fiscal desenvolvida na jurisdição da ALF/URA/RS. Os trabalhos são conduzidos com participação destacada dos Analistas-Tributários Maria da Graça Brazeiro e Sérgio Araújo, que atuam na coordenação das iniciativas voltadas à educação fiscal e à interação com a sociedade.

Relação institucional fortalece eficiência das operações de comércio exterior

A atuação integrada entre os diversos atores da cadeia do comércio exterior é um dos eixos permanentes de trabalho da Alfândega da Receita Federal do Brasil em Uruguaiana. Segundo o delegado Wilsimar Garcia Junior, “o comércio internacional é uma atividade realizada em várias mãos”, o que torna indispensável o diálogo contínuo entre instituições públicas e privadas envolvidas nas operações.

Nesse contexto, a ALF/URA promove de forma sistemática as reuniões da Comissão Local de Facilitação do Comércio Exterior (COLFAC). O fórum reúne representantes dos principais segmentos do setor e tem sido responsável pela construção de diversas ações voltadas à facilitação do comércio nas unidades aduaneiras da jurisdição, a partir do alinhamento de procedimentos e da identificação de oportunidades de melhoria operacional.

O diálogo institucional, no entanto, não se restringe à COLFAC. O gabinete local mantém interlocução permanente com entidades representativas, operadores logísticos e demais atores do comércio exterior, recebendo demandas e propostas com foco no aprimoramento da eficiência do fluxo operacional na fronteira.

Um exemplo concreto dessa política de articulação ocorreu em meados de 2024, em Uruguaiana. Em razão da tragédia climática registrada no Estado do Rio Gran-

de do Sul, uma grande multinacional do setor de bebidas teve sua linha de produção severamente impactada. Para suprir o mercado, a empresa passou a importar, a partir da Argentina, um volume significativo de produtos.

Em função da localização estratégica e da infraestrutura disponível, a operação logística foi estruturada para utilizar o Porto Seco Rodoviário de Uruguaiana como ponto de desembarque das cargas. Em curto prazo, identificou-se um gargalo operacional, uma vez que a movimentação da empresa passou a ocupar cerca de 30% da capacidade diária de veículos do recinto.

Para evitar impactos negativos ao conjunto das operações, foi instituído um grupo de ação envolvendo todos os participantes da cadeia logística, incluindo a Receita Federal, órgãos anuentes, a concessionária do recinto, transportadores, despachantes aduaneiros e o importador. O objetivo foi ajustar fluxos, procedimentos e horários, de modo a garantir a fluidez da operação sem comprometer os demais usuários do porto seco.

A atuação coordenada permitiu absorver a demanda adicional sem a formação de gargalos e sem prejuízo às operações regulares. O caso permanece como referência prática de articulação institucional bem-sucedida, demonstrando a importância da cooperação entre os atores do comércio exterior para a eficiência das operações aduaneiras na fronteira.



ASSOCIAÇÃO EDUCACIONAL

Maria do Carmo

a voz parceira da gestão pública

Rua Paulo Marques, nº 455 - Vila Boa Vista
Presidente Prudente/SP - CEP.: 19020-410
Tel.: (18) 3199-1029



WILSIMAR GARCIA JUNIOR CHIEF OF CUSTOMS IN URUGUAIANA

Integrated Action Sustains Foreign Trade on the Western Border

Uruguaiiana Customs concentrates a large share of road traffic between Brazil, Argentina, and Uruguay

Wilsimar Garcia Junior is a tax auditor with the Brazilian Federal Revenue Service and has served as Chief of Customs in Uruguaiiana since December 2021. He joined the institution in 2013, holds a bachelor's degree in Accounting Sciences, and has built a career focused on enforcement activities, customs control, and leadership roles within the unit.

The Uruguaiiana Customs Office has jurisdiction over seven customs units in western Rio Grande do Sul, covering strategic points along the borders with Argentina and Uruguay. Its structure includes inspectorates in Itaqui, São Borja, Porto Mauá, Porto Xavier, Quaraí, and the Barra do Quaraí agency, as well as the Regional Customs Clearance Hub, which also processes operations from the Santana do Livramento Road Dry Port.

In 2025, the Uruguaiiana Customs Clearance Hub was responsible for approximately 46% of all road-modal customs declarations nationwide. The main facilities under its jurisdiction—the Uruguaiiana Road Dry Port and the Santo Tomé–São Borja Integrated Border Center—processed more than 227,000 cleared declarations by October. During the same period, the jurisdiction accounted for more than 23% of Brazil–Argentina bilateral trade by land.

In the area of innovation, the unit developed the VAI System (Intelligent Customs Surveillance), a pioneering initiative for automated cargo control at land borders. Implemented in 2023, the system integrates automated gates, QR-code reading, information panels, and a monitoring center, managing an average flow of approximately 700 trucks per day. In 2025, the evolution to VAI 2.0 incorporated new procedural and structural features.



These advances include mandatory advance submission of vehicle arrival information, enhanced risk management and operational predictability, and automatic license plate recognition using OCR technology. On the infrastructure side, the Simplified Customs Traffic Video Monitoring System (TAS) was implemented, covering approximately six kilometers between the border and the road dry port, with surveillance cameras and continuous image storage.

The Customs Office also maintains ongoing initiatives in fiscal citizenship and community engagement. Notable projects include Conheça Nossa Aduana (“Get to Know Our Customs”), which offers guided visits to customs facilities, and a partnership with the Aprender-Comex project, focused on training and social inclusion. The unit is also active in the social allocation of seized goods and in institutional tax-education campaigns.

Institutional coordination is a central pillar of management. Uruguaiiana Customs convenes meetings of the Local Trade Facilitation Committee (COLFAC) and maintains continuous dialogue with operators and sector entities. In 2024, this integrated approach enabled the reorganization of logistics flows to absorb a significant increase in imports resulting from the state's climate disaster, preventing bottlenecks and ensuring the continuity of regular operations.



QUANDO ESTRATÉGIA JURÍDICA SE TRANSFORMA EM CRESCIMENTO EMPRESARIAL

Mendes & Lopes Advocacia é um escritório jurídico que alia experiência, estratégia e visão de negócio para entregar soluções jurídicas que impulsionam o crescimento das empresas.

Com **mais de 15 anos de atuação**, o escritório construiu uma trajetória sólida no Direito Empresarial e Tributário, atendendo empresas de diversos portes e segmentos, com **atuação em todo o território nacional**. Ao longo dos últimos anos, a Mendes & Lopes vivenciou um **crescimento exponencial**, reflexo de uma atuação pautada pela excelência técnica, leitura estratégica do cenário

PRINCIPAIS ÁREAS DE ATUAÇÃO

A Mendes & Lopes oferece uma atuação jurídica completa e integrada, com foco nas necessidades reais das empresas: Direito Tributário e Empresarial, com ênfase em recuperação de crédito tributário, planejamento fiscal e revisão de cargas tributárias. Direito do Trabalho e Direito Penal Tributário, voltados à estruturação, crescimento e proteção dos negócios. Consultoria e assessoria jurídica preventiva, reduzindo riscos e antecipando cenários. Contencioso estratégico e Direito Imobiliário. Cada atuação é construída de forma personalizada, respeitando o contexto, o porte e o momento de cada empresa.

DIFERENCIAIS QUE GERAM RESULTADOS

Oferecemos uma atuação jurídica completa e integrada, com foco nas necessidades reais das empresas: Direito Tributário e Empresarial, com ênfase em recuperação de crédito tributário, planejamento fiscal e revisão de cargas tributárias. Direito do Trabalho e Direito Penal Tributário, voltados à estruturação, crescimento e proteção dos negócios. Consultoria e assessoria jurídica preventiva, reduzindo riscos e antecipando cenários. Contencioso estratégico e Direito Imobiliário. Cada atuação é construída de forma personalizada, respeitando o contexto, o porte e o momento de cada empresa.

econômico e proximidade com seus clientes.

Mais do que resolver demandas jurídicas, o escritório atua de forma preventiva e estratégica, identificando oportunidades legais que geram impacto direto no caixa, na organização fiscal e na segurança das operações empresariais. Nesse contexto, a **recuperação de crédito tributário** se destaca como uma das principais frentes de atuação, permitindo que empresas recuperem valores pagos indevidamente ou a maior, fortalecendo sua saúde financeira de forma legal, segura e sustentável.

ração, crescimento e proteção dos negócios. Consultoria e assessoria jurídica preventiva, reduzindo riscos e antecipando cenários. Contencioso estratégico e Direito Imobiliário. Cada atuação é construída de forma personalizada, respeitando o contexto, o porte e o momento de cada empresa.

GASTÃO TONDING

Delegado da Alfândega de Porto Alegre

DOIS SÉCULOS DE TRADIÇÃO, HISTÓRIA E COMPROMISSO COM O FUTURO

Jurisdição abrange aeroporto Salgado Filho e base aérea, porto da Capital e portos secos no Interior, além de terminais

A alfândega é o mais antigo estabelecimento tributário do mundo, com registros que remontam a cerca de 2.000 a.C. Já naquele período, gregos e romanos cobravam impostos sobre produtos importados, dando origem a sistemas de controle e arrecadação que evoluíram ao longo dos séculos.

Em 1772 foi fundada oficialmente a cidade de Porto Alegre e, poucos anos depois, em 20 de julho de 1804, a Alfândega de Porto Alegre iniciou suas atividades. Desde então, mais de dois séculos de atuação foram dedicados ao controle aduaneiro, à fiscalização do comércio exterior e à proteção da economia nacional, acompanhando a evolução da administração tributária brasileira.

Ao longo do tempo, a nomenclatura das unidades aduaneiras da capital gaúcha foi alterada em função dos sucessivos regimentos internos da Receita Federal do Brasil (RFB), buscando sempre modernizar seus processos e ampliar a eficiência institucional.

Quando assumi o cargo de inspetor-chefe, em 2014, a atual Alfândega de Porto Alegre ainda era denominada Inspeção da Receita Federal em Porto Alegre. Em 2018, a unidade foi rebatizada como Alfândega, recebendo também uma estrutura mais robusta e adequada aos desafios crescentes do controle e da fiscalização aduaneira.



Em dezembro de 2020, o auditor-fiscal Daniel Balbão assumiu a chefia da unidade. Após quatro anos atuando na Assistência do Gabinete da Superintendência da 10ª Região Fiscal, retornei, em dezembro de 2024, para dar continuidade ao excelente trabalho desenvolvido.

Sou formado em Ciências Econômicas, com especialização em Comércio Exterior e Direito Aduaneiro, cursos que me forneceram base teórica para atuar na aduana desde meu ingresso na Receita Federal em 1997. Nessas quase três décadas, percorri diversas áreas na instituição, ora como chefe de equipes de fiscalização e despacho aduaneiro, ora em funções operacionais nas atividades finalísticas do controle aduaneiro.

Atualmente, a Alfândega de Porto Alegre conta com 90 servidores e colaboradores, entre auditores-fiscais, analistas-tributários, administrativos e terceirizados, distribuídos em 11 unidades da RFB no Estado. Nossa jurisdição abrange diversos recintos alfandegados, incluindo a Inspetoria da Receita Federal no Aeroporto Internacional Salgado Filho, os Portos Secos de Canoas, Novo Hamburgo e Caxias do Sul, além dos terminais Santa Clara, no município de Triunfo, Terminal Almirante Soares Dutra, em Imbé, o Porto de Porto Alegre e a Base Aérea de Canoas.

O Aeroporto Internacional Salgado Filho é o maior da Região Sul do país. Em 2023, ocupou a 10ª posição nacional em número de pousos e decolagens, o 8º lugar no tráfego doméstico e o 6º nos voos internacionais, conforme dados do Departamento de Controle do Espaço Aéreo (Decea).

No local, a atuação da Receita Federal ocorre em regime de plantão 24 horas por dia, durante todo o ano, no controle de bagagens de viajantes e no despacho de mercadorias importadas e destinadas

à exportação, com apoio de equipe K9 no combate ao contrabando e ao descamiinho.

As atribuições da Alfândega ampliaram-se ao longo dos anos, exigindo dedicação, preparo e eficiência de todos os seus servidores. Nossas ações estão alinhadas aos objetivos estratégicos da Receita Federal, com foco em gestão de risco, processamento ágil de despachos aduaneiros de mercadorias e de bagagem e na fiscalização rigorosa para aqueles que insistem em descumprir a legislação aduaneira.

A análise dos despachos de importação e exportação da 10ª Região Fiscal é dividida entre os polos de Porto Alegre, Uruguaiana e Rio Grande. Em 2024, o Polo Porto Alegre, sob responsabilidade da ALF/POA, analisou 53% das declarações de importação selecionadas na Região.

A fiscalização aduaneira pós-desembarço, conduzida de forma pioneira pela unidade desde a década de 1990, permanece integralmente sob sua gestão. Em 2024, a equipe regional foi reconhecida nacionalmente pelo melhor desempenho nacional nessa atividade.

Destaca-se, ainda, a aprovação, pela Organização Mundial das Aduanas (OMA), durante a 60ª Sessão do Comitê Técnico de Valoração Aduaneira, de estudo de caso brasileiro conduzido pelos Auditores-Fiscais Dão Real Pereira dos Santos e Anselmo Messias Ferraz Alves, então integrantes da equipe da unidade. O documento passou a integrar o conjunto de instrumentos da OMA, sendo incorporado à legislação nacional dos países-membros, contribuindo para a padronização global da interpretação do Acordo de Valoração Aduaneira da Organização Mundial do Comércio (OMC).

A gestão de risco está organizada em duas equipes, uma voltada à análise das declarações de importação sob gerência da ALF/Uruguaiana e outra sob responsabilidade da ALF/Porto Alegre, dedicada à preparação de ações de fiscalização. A Diana10 atua, conforme diretriz nacional, na unificação da gestão de risco na Região.

Ao olhar para essa trajetória de mais de dois séculos, é possível reconhecer na Alfândega de Porto Alegre não apenas um marco histórico da administração aduaneira brasileira, mas também um exemplo de modernização, comprometimento e excelência no serviço público.

Mantendo-se fiel à sua missão de proteger a economia nacional e facilitar o comércio exterior, a unidade segue evoluindo, amparada pela competência de seus servidores e pela busca constante por inovação, integridade e eficiência. É com esse espírito que continuaremos honrando o legado construído e enfrentando, com determinação e preparo, os novos desafios do controle aduaneiro no século XXI.



A atuação da Receita Federal na maior tragédia climática do Rio Grande do Sul

Entre o final de abril e o início de maio de 2024, o Rio Grande do Sul enfrentou o mais grave evento meteorológico de sua história. Chuvas intensas e prolongadas elevaram drasticamente o nível dos rios, com acumulados superiores a 600 milímetros em alguns municípios.

O resultado foi devastador: 478 municípios atingidos, o equivalente a 96% do território estadual, com 178 mortes, 581 mil pessoas desalojadas e mais de 2,3 milhões de pessoas afetadas, segundo dados da Defesa Civil.

Diante desse cenário, o poder público mobilizou recursos para minimizar os efeitos da tragédia. No âmbito tributário e aduaneiro, a Receita Federal do Brasil adotou medidas emergenciais, incluindo a prorrogação de prazos processuais e de vencimentos tributários por até 120 dias, além da liberação acelerada de créditos tributários, somando R\$ 1,7 bilhão e beneficiando mais de 900 mil contribuintes.

Nossas equipes de atendimento atuaram no encaminhamento das demandas mais urgentes da população, com participação no Mutirão da Cidadania, realizado em conjunto com outros órgãos públicos, em um esforço de acolhimento, orientação, esclarecimento e fornecimento de documentação para a população atingida pelas enchentes.

A área logística também atuou, incansavelmente, no amparo aos desabrigados, mobilizando toda a estrutura de automóveis e caminhões, com apoio do helicóptero da RFB, para auxiliar o Estado nas operações de resgate e atendimento às pessoas atingidas. Centenas de atos de destinação de mercadorias foram direcionados para esse fim, provenientes não

apenas dos depósitos da nossa Região, mas também de outras Regiões Fiscais de todo o país que se uniram em apoio ao nosso Estado.

Com o grande volume de doações internacionais, a Aduana Brasileira foi desafiada a mostrar sua força e capacidade de articulação. Com o protagonismo da Diana10, foram instituídos procedimentos simplificados, incluindo o registro simplificado de declarações de importação em papel, sem exigência de habilitação prévia em sistemas informatizados, criando mecanismos para desembaraçar rapidamente as mercadorias com viés humanitário, garantindo agilidade e segurança.

A Receita Federal também articulou ações com os órgãos anuentes, como Anvisa, Ministério da Agricultura e Pecuária (Mapa) e Inmetro, responsáveis pela anuência de mercadorias como alimentos, medicamentos e filtros de água e outros que chegaram em grande quantidade ao Estado. Sensibilizados pela situação e inspirados pelo nosso exemplo, esses órgãos adotaram medidas semelhantes, simplificando seus próprios trâmites para acelerar o processo de liberação das doações.

A atuação conjunta com o Sindicato dos Despachantes Aduaneiros do Rio Grande do Sul resultou na elaboração de guia nacional de procedimentos simplificados, distribuído a todas as unidades aduaneiras do país. Também foram formados grupos de trabalho integrados com a Defesa Civil, o Ministério das Relações Exteriores e a Casa Civil do Estado para coordenação logística das doações.

O conjunto de medidas aduaneiras, batizado de “Receita – Via Rápida” e contou com a colaboração do setor privado, que

flexibilizou exigências operacionais e isentou taxas incidentes sobre cargas doadas, criou um ambiente exemplar de solidariedade institucional e eficiência logística.

Apesar de todas as medidas de facilitação adotadas, nada teria sido possível sem a dedicação dos nossos aduaneiros, que se desdobraram para garantir que o volume extraordinário de doações chegasse com rapidez a quem mais precisava, um verdadeiro exemplo do espírito de ser servidor público. Nossos recintos alfandegados, aeroportos e portos secos estavam severamente comprometidos pelas chuvas torrenciais, o que tornou o trabalho ainda mais desafiador. O desembaraço dessas mercadorias foi realizado em condições extremamente precárias; para chegar à Base Aérea de Canoas, onde boa parte das liberações ocorreu, era necessário percorrer dezenas de quilômetros extras devido ao alagamento das principais vias de acesso, a qualquer hora e em qualquer dia.

O reconhecimento internacional veio com a Organização Mundial das Aduanas (OMA), que em 26 de janeiro de 2025 concedeu, seguindo indicação da RFB, o Certificado de Mérito da OMA ao presidente do Sindicato dos Despachantes Aduaneiros do Rio Grande do Sul, Marcelo Clark Alves, em razão da atuação conjunta entre o setor público e o setor privado durante a resposta humanitária.

Ainda no âmbito da OMA, foi publicado, na edição 002/2025 de sua revista eletrônica, em 26 de junho de 2025, artigo redigido pelo Superintendente da 10ª RF, Altemir Linhares, por mim e pelo despachante aduaneiro Marcelo Clark Alves que retratou a resposta da Aduana brasileira frente à catástrofe climática.



GASTÃO TONDING CHIEF OF CUSTOMS IN PORTO ALEGRE

Porto Alegre Customs Combines Historical Tradition with Strategic Operations

Unit responsible for the international airport, the capital's port, an air force base, and inland dry ports across Rio Grande do Sul

The Porto Alegre Customs Office began operations on July 20, 1804, just a few years after the founding of the state capital, and has since consolidated more than two centuries of experience in customs control and oversight of foreign trade. Over time, the unit has followed the evolution of Brazil's tax and customs administration, undergoing successive structural and regulatory adjustments within the Brazilian Federal Revenue Service.

Its current configuration as a Customs Office was established in 2018, with an expansion of both its structure and its responsibilities. Gastão Tonding, a tax auditor with the Brazilian Federal Revenue Service since 1997, returned to lead the unit in December 2024, after serving in the Office of the Superintendent of the 10th Fiscal Region. He holds a degree in Economics, with a specialization in Foreign Trade and Customs Law.

The Porto Alegre Customs Office currently has approximately 90 civil servants and collaborators, distributed across 11 units throughout the state. Its jurisdiction covers Salgado Filho International Airport, Canoas Air Force Base, the Port of Porto Alegre, the inland dry ports of Canoas, Novo Hamburgo, and Caxias do Sul, as well as bonded terminals in Triunfo and Imbé.

Salgado Filho International Airport—the largest in southern Brazil—operates under permanent customs duty shifts, focused on passenger baggage control and cargo clearance, with support from a K9 unit. In 2024, the Porto Alegre hub accounted for 53% of the import declarations selected for inspection within the 10th Fiscal Region.

The unit also concentrates the Region's post-clearance customs enforcement, an activity it has carried out since the 1990s. In 2024, the regional team achieved the best national performance in this type of enforcement. Another highlight was the World Customs Organization's approval of a Brazilian case study conducted by auditors from the unit, which was incorporated into international customs valuation instruments.

During the most severe climate disaster in the history of Rio Grande do Sul, between April and May 2024, the Brazilian Federal Revenue Service adopted emergency me-

asures, including extensions of tax and procedural deadlines and the accelerated release of tax credits, totaling BRL 1.7 billion. The Porto Alegre Customs Office participated directly in assisting the population, managing donation logistics, and clearing humanitarian cargo.

Simplified procedures were implemented for the importation of international donations, with coordination among the Federal Revenue Service, regulatory agencies, and private-sector representative entities. These measures were part of the "Receita – Via Rápida" (Fast-Track Revenue) program, applied nationwide during the emergency response.

The coordinated effort led to international recognition from the World Customs Organization, which highlighted the cooperation between the public and private sectors in the humanitarian response and established the Brazilian experience as a reference for emergency situations.

Destinação de Mercadorias Apreendidas
*Incluído itens incorporados a partir de depósitos de outras Regiões Fiscais.

Itens de vestuário	Higiene pessoal	Cama, mesa e banho	Itens diversos
72.700 un.	26.630 un.	1.603 un.	7.958 un.
Roupas, calçados, etc.	Desodorantes, sabonetes, creme dental, etc.	Lençóis, cobertores, travesseiros, etc.	Eletrônicos, eletrodomésticos, itens de cozinha, material escolar, etc.

BEM+EDUCA

DISTRIBUIDORA DE LIVROS

MAIS QUE LIVROS. FORMAÇÃO HUMANA

Acreditamos na educação como ferramenta de transformação social. Por isso, trabalhamos lado a lado com instituições de ensino para construir experiências de aprendizado sólidas, inovadoras e duradouras.



DISTRIBUIDOR
Elo Editora

Rua Diana, 89 - 9º Andar - Cj. 95 - Perdizes - São Paulo/SP
(11) 3864-3771 | bemeduca.com.br

Fonte: Página oficial do Porto do Rio Grande

PORTO DE RIO GRANDE

CRISTIANO DEMBOSKI

Delegado da Alfândega no Porto do Rio Grande

GESTÃO DE RISCO, TECNOLOGIA E INTEGRAÇÃO NO CONTROLE ADUANEIRO*Conheça prioridades operacionais, desafios da fiscalização e o papel estratégico do porto na segurança, na fluidez logística e no desenvolvimento econômico*

Cristiano Demboski é auditor-fiscal da Receita Federal do Brasil, com atuação contínua na área aduaneira desde 2011. Ingressou no órgão como analista-tributário, exercendo atividades técnicas e de apoio à gestão, e tomou posse como auditor-fiscal em 2015, passando a atuar em unidades de fronteira, aeroportos e portos estratégicos do Norte e Sul do país.

Na Inspeção da Receita Federal em Tabatinga (AM), exerceu funções de chefia na área de fiscalização aduaneira e participou do exercício logístico internacional AMAZONLOG, contribuindo para a integração entre os órgãos de fiscalização e defesa em região de fronteira sensível.

Posteriormente, atuou na Alfândega do Porto de Manaus como assessor do gabinete, período em que organizou fluxos internos de trabalho, implementou ferramentas de acompanhamento de demandas (como o Trello) e estruturou a transição da unidade para o trabalho virtual em decorrência da emergência da COVID-19, assegurando a continuidade das atividades administrativas e operacionais.

Entre 2020 e 2022, exerceu o cargo de delegado da Alfândega do Aeroporto Internacional Eduardo Gomes (AM). Nesse período, implementou estrutura de gestão de riscos voltada ao fortalecimento da fiscalização aduaneira do Terminal de Cargas (TECA), com foco na análise de dados, no desenvolvimento e na aplicação de scripts de análise fiscal e na qualificação dos processos de seleção e controle de cargas.

Desde dezembro de 2022, exerce o cargo de delegado da Alfândega no Porto do Rio Grande (RS), onde coordena as atividades de despacho, vigilância e repressão aduaneira, bem como a atuação da Inspeção no Chuí (RS). Durante esse período, atuou como gerente e facilitador do Projeto SAUROM (Sistema Aduaneiro Unificado de Rastreamento e Observação Marítima), iniciativa voltada ao fortalecimento da vigilância marítima por meio da integração de sensores, radares, câmeras térmicas, dados AIS e software de monitoramento, com foco em prevenção, dissuasão e apoio à atuação integrada com outros órgãos públicos.

Na área acadêmica, é Mestre em Administração Pública pela Fundação Getúlio Vargas (FGV), com especializações em Gestão Contemporânea e Gestão Pública, tendo como eixo de formação a liderança digital no setor público.

Acompanhe a entrevista exclusiva à Revista Aduana.

**Quais são hoje as principais atribuições e prioridades da Alfândega de Rio Grande?**

A unidade estrutura sua atuação finalística em três eixos principais: Despacho Aduaneiro, Vigilância e Repressão e Gestão dos Recintos Alfandegados. No Despacho Aduaneiro, a prioridade é a aplicação de modelos de gestão de risco orientados à eficiência, com o objetivo de assegurar a conformidade das operações sem comprometer a competitividade logística do Porto do Rio Grande. A área de Vigilância e Repressão concentra esforços no combate a ilícitos aduaneiros, com destaque para o enfrentamento ao tráfico internacional de drogas e a outros crimes que utilizam a cadeia logística portuária. Por sua vez, a Gestão dos Recintos Alfandegados realiza o acompanhamento contínuo dos locais sob controle aduaneiro, por meio de vistorias periódicas, avaliações de conformidade e monitoramento operacional, garantindo o cumprimento das normas aduaneiras e a manutenção de padrões adequados de segurança e controle.

Como a Alfândega tem trabalhado para conciliar agilidade no desembaraço com rigor na fiscalização e segurança das cargas?

A conciliação entre celeridade e controle tem sido conduzida por meio do aperfeiçoamento contínuo dos modelos de gestão de risco, especialmente pela avaliação sistemática das taxas de seleção para canais de conferência e de seus impactos sobre a competitividade logística do Porto do Rio Grande e sobre os resultados de enforcement e conformidade. Esse processo é orientado por análises baseadas em dados, permitindo ajustes finos e permanentes na estratégia de fiscalização. Paralelamente, a Alfândega mantém atuação firme e direcionada nos casos de maior risco, com prioridade para o enfrentamen-

to de ilícitos aduaneiros, inclusive crimes ambientais, que vêm sendo identificados com maior frequência nos últimos anos. Dessa forma, busca-se preservar simultaneamente a reputação do Porto do Rio Grande como ambiente seguro, confiável e operacionalmente ágil.

Quais são os principais tipos de irregularidades ou tentativas de fraude que aparecem com mais frequência na região?

As irregularidades identificadas são diversas, não havendo atualmente um único tipo predominante. No cotidiano das operações aduaneiras, observam-se com frequência tentativas de classificação fiscal incorreta de mercadorias (fuga de NCM), buscando enquadramentos com menor carga tributária, bem como fraudes envolvendo intervenientes, especialmente por meio da manipulação ou inconsistência de documentos apresentados nas operações de comércio exterior. Nos últimos anos, também foram registrados indícios de crimes ambientais, como tentativas de exportação irregular de espécies de pescado e o uso inadequado de substâncias químicas empregadas em processos de fumigação. No âmbito do crime organizado, casos mais complexos também têm sido identificados. Em uma situação emblemática, foi detectada tentativa de exportação de carga declarada como soja que, na realidade, continha material inerte (areia da praia), destinado a recompor o peso de um carregamento após a retirada prévia de substâncias ilícitas durante o trajeto logístico. A atuação diligente dos operadores do recinto alfandegado, aliada à pronta intervenção das equipes da Alfândega, permitiu a rápida identificação da irregularidade e evitou impactos relevantes à segurança das operações e à credibilidade do setor exportador nacional.

O que mudou nos últimos anos com a digitalização dos processos aduaneiros (como integração de sistemas e gestão de risco)? O que ainda precisa evoluir?

A digitalização dos processos aduaneiros trouxe ganhos relevantes, especialmente na integração entre equipes, bases de dados e sistemas operacionais, possibilitando o uso mais intensivo de ferramentas analíticas, scripts de tratamento de dados e modelos de gestão de risco mais sofisticados. Esses avanços contribuíram para maior precisão na seleção de cargas para conferência e para a melhoria da eficiência operacional das atividades de controle aduaneiro. Como ocorre em ambientes tecnológicos complexos e proprietários, os sistemas exigem investimento contínuo em atualização, integração e aperfeiçoamento funcional, de modo a acompanhar a evolução das operações de comércio exterior e das estratégias de fraude. No momento, um dos principais focos de evolução está na implementação progressiva da Declaração Única de Importação (DUIMP), cuja ampliação vem avançando de forma significativa, além da necessidade de adaptação dos sistemas e procedimentos às mudanças decorrentes da reforma tributária, que deverá demandar novos ajustes operacionais e tecnológicos ao longo dos próximos anos.

Como funciona, na prática, a seleção de cargas para conferência física e documental? Quais critérios costumam pesar mais na análise de risco?

Sem prejuízo do sigilo das metodologias internas, a seleção de cargas para conferência ocorre, em linhas gerais, por dois mecanismos principais: seleção aleatória e seleção baseada em gestão de risco. A seleção aleatória é aplicada de forma sistêmica e garante que qualquer operação esteja sujeita à verificação, contribuindo para a imprevisibilidade do controle adu-

aneiro. Já a seleção por gestão de risco utiliza o cruzamento das informações constantes nas declarações aduaneiras com dados econômico-financeiros, históricos operacionais e demais informações disponíveis nas bases institucionais, permitindo a geração de indicadores de probabilidade de erro ou fraude. Entre os fatores analisados, destacam-se elementos relacionados ao histórico de conformidade dos intervenientes, coerência entre a operação declarada e o perfil econômico do operador, padrões de classificação fiscal (NCM) e indícios de irregularidades como interposição fraudulenta ou inconsistências documentais. Esse modelo possibilita direcionar a fiscalização para as operações de maior risco potencial, mantendo, simultaneamente, a fluidez das operações regulares de comércio exterior.

Quais são os maiores desafios operacionais da unidade hoje (estrutura, equipes, tecnologia, picos de demanda, complexidade das operações)?

Entre os principais desafios operacionais, destaca-se a limitação de efetivo, especialmente nas atividades intensivas em mão de obra, como as ações de vigilância e repressão, que exigem equipes especializadas, treinamento contínuo e presença operacional constante. Ao longo dos últimos anos, a Receita Federal tem buscado elevar a produtividade por meio do uso intensivo de tecnologia, automação de rotinas e ferramentas de análise de dados, reduzindo o esforço necessário em atividades repetitivas e permitindo maior foco nas ações de maior risco. Entretanto, há limites estruturais para esse ganho de eficiência, sobretudo quando determinadas atividades dependem necessariamente de equipes operacionais capacitadas, como operações embarcadas, inspeções físicas e patrulhamento. Somam-se a esse cenário as restrições orçamentárias re-

correntes, a complexidade crescente das operações de comércio exterior e as oscilações de demanda logística, fatores que exigem da unidade um esforço contínuo de priorização estratégica de recursos humanos e financeiros, buscando manter níveis adequados de controle, segurança e eficiência operacional mesmo em um ambiente de recursos limitados.

De que forma a Alfândega se integra com outros órgãos anuentes e forças de segurança para fortalecer o controle na fronteira marítima?

A atuação da Alfândega do Rio Grande baseia-se em um modelo de cooperação interinstitucional permanente, voltado à integração operacional e ao compartilhamento de informações com órgãos anuentes e forças de segurança. Nesse contexto, a unidade participa regularmente de operações conjuntas, como as Operações Ágata, conduzidas pelas Forças Armadas, e iniciativas coordenadas no âmbito regional, a exemplo da Operação Fronteira RFB, que contou com a participação da Polícia Federal (NEPOM), da Brigada Militar e da Patrulha Ambiental, entre outros parceiros institucionais. Além das ações operacionais integradas, a cooperação ocorre por meio de troca estruturada de dados e inteligência, planejamento conjunto de fiscalizações e apoio logístico interinstitucional, incluindo, quando cabível, a destinação de mercadorias apreendidas para órgãos públicos parceiros. Esse modelo de atuação fortalece a capacidade de controle na fronteira marítima e amplia a efetividade das ações de prevenção e repressão a ilícitos.

Como a Alfândega avalia o impacto do Porto do Rio Grande na economia regional e na competitividade do comércio exterior do RS?

O Porto do Rio Grande exerce papel estruturante na economia regional e estadual, funcionando como um dos principais vetores logísticos e produtivos do Rio Grande do Sul desde sua formação histórica. Sua relevância econômica se reflete tanto na geração direta e indireta de empregos quanto na viabilização das cadeias exportadoras e importadoras que sustentam a competitividade do estado no comércio exterior. Atualmente, posicionando-se entre os maiores portos brasileiros em movimentação de contêineres (7º, no dado mais recente), o Porto do Rio Grande apresenta capacidade operacional e vocação estratégica para ampliar sua relevância no cenário regional. Nesse contexto, os projetos de integração logística em desenvolvimento no Cone Sul indicam potencial para que o complexo portuário consolide sua posição como hub regional de águas profundas, atendendo de forma complementar aos mercados do sul do continente, inclusive com integração logística às regiões de Montevideu e Buenos Aires. Essa centralidade logística contribui diretamente para a redução de custos operacionais, a ampliação da eficiência das cadeias produtivas e o fortalecimento da inserção internacional das exportações gaúchas e brasileiras.

Quais medidas ou boas práticas podem ajudar importadores, exportadores e despachantes a reduzir atrasos e evitar autuações?

A adoção de uma postura preventiva e de diálogo permanente com a Alfândega constitui uma das principais boas práticas para reduzir atrasos e evitar autuações, especialmente por meio do contato direto com a unidade para esclarecimento prévio de dúvidas operacionais, documentação e procedimentos específicos, sempre que necessário. A unidade mantém como diretriz o atendimento técnico e orientativo aos intervenientes, além

de promover periodicamente o Comitê Local de Facilitação do Comércio (COL-FAC), fórum em que são discutidas com a comunidade aduaneira as principais dificuldades operacionais, erros recorrentes e oportunidades de aprimoramento de processos, contribuindo para o aumento da conformidade das operações e da previsibilidade dos fluxos logísticos.

O que o senhor considera essencial para o futuro da Alfândega de Rio Grande?

O fortalecimento das operações depende de um conjunto integrado de medidas, com destaque para investimentos contínuos em tecnologia e capacitação de pessoal. Entre as prioridades, destacam-se a ampliação do uso de ferramentas avançadas de análise de dados e modelos de gestão de risco mais sofisticados, bem como a incorporação e ampliação de tecnologias operacionais, como embarcações, drones aéreos e subaquáticos voltados ao monitoramento de áreas portuárias e canais de navegação. Paralelamente, permanece essencial o fortalecimento do efetivo e a formação especializada das equipes, assegurando que os avanços tecnológicos sejam acompanhados por profissionais capacitados a operar esses sistemas e a conduzir ações de fiscalização cada vez mais complexas e orientadas por inteligência.

Após a enchente que atingiu o Rio Grande do Sul, qual foi o papel da Alfândega de Rio Grande?

A Alfândega adotou medidas excepcionais para agilizar e simplificar ao máximo a entrada de doações e cargas essenciais, que chegaram principalmente pelo Porto do Rio Grande e também pelo ponto de fronteira do Chuí. Os procedimentos foram temporariamente simplificados, com redução significativa das exigências burocráticas, utilização de formulários simplificados e limitação das verificações físicas ao mínimo necessário, sempre com a anuência dos órgãos competentes, de forma a garantir rapidez na liberação das cargas destinadas ao atendimento emergencial da população atingida. Paralelamente, a unidade atuou em cooperação com os órgãos de segurança pública e de defesa civil, inclusive com o emprego de drone equipado com sensores térmicos para apoio a ações de monitoramento noturno, identificação de áreas afetadas, registro de imagens para subsidiar o planejamento das equipes de resposta e acompanhamento de ocorrências relacionadas à segurança patrimonial em regiões inundadas. A Alfândega também contribuiu com a destinação célere de mercadorias apreendidas para apoio às ações humanitárias. Mesmo tendo sido diretamente impactada pelo evento climático, com a necessidade de interdição do prédio da unidade, a Alfândega atuou para evitar qualquer solução de continuidade nas operações essenciais, protegendo seus servidores e restabelecendo rapidamente o atendimento e as atividades operacionais em local seguro, assegurando a manutenção do fluxo logístico e o suporte às ações emergenciais no estado.



CRISTIANO DEMBOSKI
CHIEF OF CUSTOMS AT THE PORT OF RIO GRANDE

Risk Management and Technology Guide Customs Control at the Port of Rio Grande

Unit combines clearance, surveillance, and inter-agency integration to ensure logistical flow and suppression of illicit activities

Cristiano Demboski is a tax auditor with the Brazilian Federal Revenue Service and has worked in the customs field since 2011. He joined the institution as a tax analyst and was appointed a tax auditor in 2015, with experience across border units, airports, and ports in both the north and south of Brazil. He served at the Tabatinga Inspectorate (Amazonas), where he held leadership roles in customs enforcement and took part in the AMAZONLOG logistics exercise. At the Port of Manaus, he streamlined internal operational processes and facilitated the transition to remote work during the COVID-19 pandemic. Between 2020 and 2022, he served as Chief of Customs at Eduardo Gomes International Airport (Amazonas), where he implemented a risk-management model at the cargo terminal.

Since December 2022, he has served as Chief of Customs at the Port of Rio Grande (Rio Grande do Sul), with responsibility for customs clearance, surveillance, and enforcement activities, as well as oversight

of the Chuí Inspectorate. During this period, he acted as manager and facilitator of the SAUROM Project (Unified Customs System for Maritime Tracking and Observation), integrating sensors, radars, thermal cameras, AIS data, and monitoring software to support maritime surveillance and joint operations with other agencies.

The Rio Grande Customs Office structures its activities around three pillars: Customs Clearance, Surveillance and Enforcement, and Management of Bonded Facilities. In clearance operations, priority is given to data-driven risk management to calibrate selection rates, maintain compliance, and control operational time impacts. In enforcement, the unit focuses on combating illicit activities, with particular emphasis on international drug trafficking and environmental crimes. Management of bonded facilities involves inspections, compliance assessments, and ongoing monitoring to ensure adherence to security standards and regulatory requirements.

Observed irregularities include attempts at incorrect tariff classification (NCM), documentary inconsistencies, and fraud involving trade intermediaries. There are also records indicating environmental crimes, such as irregular exports of fishery products and improper use of chemical substances in fumigation. In one case identified in the region, a shipment declared as soybeans contained inert material, indicating improper weight alteration after illicit goods were removed during the logistics route.

Digitalization has enhanced system and database integration and enabled the use of scripts and analytical tools in risk management. Among ongoing developments, the unit is monitoring the expansion of the Single Import Declaration (DUIMP) and the adjustments needed arising from Brazil's tax reform. Cargo selection is carried out through a combination of randomness and risk analysis, with data cross-checks and compliance history used to direct inspections toward operations with higher probabilities of irregularity.

Operational challenges include staffing limitations—particularly in activities requiring physical presence—and budgetary constraints, in an environment of increasing complexity and fluctuating demand. Integrated action with regulatory agencies and law-enforcement bodies is carried out through joint operations and information sharing, including initiatives with the Armed Forces, the Federal Police, and state-level authorities.

Following the floods in Rio Grande do Sul, Customs adopted temporary simplified procedures for the release of donations and essential cargo through the Port of Rio Grande and Chuí, reducing requirements and physical inspections to the minimum necessary, subject to regulatory approvals. The unit also supported drone-based monitoring operations and allocated seized goods for humanitarian assistance. It maintained essential activities despite direct impacts, including the temporary closure of its building and service reorganization.



Em cenário de crescente complexidade regulatória e integração das cadeias logísticas globais, o papel do Despachante Aduaneiro tornou-se estratégico para o funcionamento do comércio internacional.

Nesse contexto, o Sindicato dos Despachantes Aduaneiros do Estado do Rio Grande do Sul (SDAERGS), entidade sem fins lucrativos, consolida sua atuação institucional. Com base regional, possui presença nacional e inserção internacional. Filiado à Federação Nacional dos Despachantes Aduaneiros (Feaduaneiros) e integrante do Sistema Fecomércio-RS, atua como interlocutor técnico entre o setor privado e os órgãos responsáveis pela regulação do comércio exterior.

O Despachante Aduaneiro exerce função estruturante na relação entre empresas, operadores logísticos, recintos alfandegados, autoridades aduaneiras e demais órgãos anuentes. Assegura que a movimentação internacional de mercadorias ocorra em conformidade com a legislação e com previsibilidade operacional. Com a ampliação das normas fiscais, sanitárias e ambientais, cresce sua responsabilidade na mitigação de riscos e na organização dos fluxos logísticos. Como entidade representativa, o SDAERGS atua junto aos órgãos de controle. Participa da Gestão Coordenada de Fronteiras, de estudos Time Release Study e de Comissões Locais de Facilitação do Comércio (Colfac), com foco na melhoria de procedimentos.

A atuação institucional também se destacou nas ações de reconstrução do Rio Grande do Sul após as catástrofes climáticas de 2024. A convite da Receita Federal do Brasil, a diretoria participou da liberação de cargas humanitárias. Foram conduzidos mais de 200 processos em mais de 20 alfândegas, com coordenação logística e cumprimento dos requisitos legais.

O SDAERGS mantém o APRENDCOMEX, projeto de capacitação de jovens em situação de vulnerabilidade social. Em quatro anos, formou mais de 350 alunos.

O avanço do comércio exterior aponta para maior digitalização de processos e uso de análise de risco automatizada. Nesse ambiente, o Despachante Aduaneiro amplia sua atuação como gestor de conformidade. O SDAERGS mantém participação no aprimoramento do sistema aduaneiro e na qualificação técnica do setor.



POR TO ALLE GRE

**ALTEMIR LINHARES DE MELO****Superintendente da 10ª Região Fiscal da Receita Federal do Brasil**

LIDERANÇA FIRME FRENTE À MAIOR CRISE CLIMÁTICA DA HISTÓRIA GAÚCHA

Gestão articulou medidas emergenciais, apoio institucional e ações operacionais em meio ao colapso climático

Com mais de três décadas de dedicação ao serviço público, Altemir Linhares de Melo é um dos nomes mais respeitados da Receita Federal do Brasil (RFB), reconhecido por sua liderança técnica, visão estratégica e compromisso com a inovação e a responsabilidade social. Desde abril de 2022, ocupa o cargo de superintendente da 10ª Região Fiscal, cuja jurisdição abrange exclusivamente o estado do Rio Grande do Sul.

Natural de Rio Pardo (RS), Melo iniciou sua trajetória na Receita Federal em 1991, como técnico do Tesouro Nacional. Em 1999, após aprovação em concurso público, foi nomeado auditor-fiscal da Receita Federal, consolidando sua carreira na administração tributária federal. Sua formação acadêmica é diversificada: é bacharel em Ciências Contábeis pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUC-RS), possui especialização em Gestão Estratégica pela Fundação Getúlio Vargas (FGV) e é mestre em Administração pela Universidade Federal da Bahia (UFBA), com foco em conformidade tributária, área que se tornaria uma de suas especialidades ao longo da carreira.

Ao longo de mais de 30 anos de atuação, Altemir Melo acumulou experiência em diversas frentes da Receita Federal, transitando entre funções operacionais e cargos de alta gestão. Nos anos 2000, atuou como inspetor-chefe da Receita Federal em Porto Xavier (RS), município localizado na fronteira com a Argentina, onde liderou ações de fiscalização aduaneira em uma das regiões mais sensíveis do país em termos de controle de fronteiras. Posteriormente, assumiu a chefia da Delegacia da Receita Federal em Santa Cruz do Sul (RS), aprofundando sua atuação na administração tributária regional.

Posteriormente, foi promovido à administração central da Receita Federal, em Brasília, onde desempenhou papéis estratégicos. Foi assessor do Gabinete da Secretaria da Receita Federal, participando de projetos estruturantes como a implantação do eSocial, sistema que revolucionou a forma de prestação de informações trabalhistas, previdenciárias e fiscais no Brasil. Em seguida, assumiu a chefia da Assessoria de Cooperação e Integração Fiscal, função que exigiu coordenação interinstitucional e alinhamento de políticas públicas entre diferentes esferas de governo.

Antes de assumir a superintendência da 10ª Região Fiscal, Melo ocupou o cargo de Coordenador-Geral de Fiscalização (CGF) da Receita Federal, um dos postos mais estratégicos da instituição. Nessa função, foi responsável por definir diretrizes nacionais de auditoria fiscal, coordenar operações de combate à sonegação e orientar as unidades regionais em ações de fiscalização. Sua atuação à frente da CGF foi marcada por rigor técnico, foco em resultados e incentivo à modernização dos processos de controle fiscal.

Desde que assumiu a superintendência regional no Rio Grande do Sul, Altemir Melo tem se destacado por uma gestão pautada pela eficiência, transparência e integração com os demais entes públicos.

Atuação institucional amplia resposta durante a catástrofe climática

Em meio à maior catástrofe climática do Rio Grande do Sul, a Receita Federal esteve presente não apenas como arrecadadora e fiscalizadora, mas como parceira da reconstrução, da solidariedade e da esperança. A liderança de Altemir Melo na 10ª Região Fiscal é exemplo de como a Receita pode atuar em situações de crise: com agilidade, sensibilidade e compromisso com o interesse público.

A atuação da RFB nas enchentes de 2024 foi a afirmação de um modelo de gestão pública comprometido com a cidadania. Como destacou o secretário da Receita, Robinson Barreirinhas, “a solidariedade é parte integrante dos valores do órgão”. Para Altemir Melo, “colocar a estrutura da Receita a serviço da sociedade gaúcha foi um dever institucional e humano”.

Mobilização integra ações logísticas, fiscais e humanitárias no atendimento às comunidades

Sob a liderança de Altemir Linhares de Melo, a Superintendência da 10ª Região Fiscal da Receita Federal ativou sua estrutura institucional para além das funções arrecadatórias. A resposta envolveu ações logísticas, fiscais, aduaneiras e humanitárias, consolidando a imagem do órgão como um agente de Estado comprometido com a sociedade.

Logo nos primeiros dias da crise, equipes da Receita participaram de operações de resgate e apoio às populações isoladas. Pilhas de mercadorias apreendidas foram separadas e expedidas para as comunidades atingidas, numa mobilização nacional que envolveu unidades da Receita de diversos estados. Toneladas de roupas, cobertores e calçados foram enviadas ao RS, com transporte gratuito viabilizado pelos Correios.

Uma das ações mais emblemáticas foi a parceria com o Instituto Federal Sul-rio-grandense (IFSul), que permitiu a descaracterização de roupas falsificadas para doação. Em regime de mutirão, servidores da Receita e voluntários do IFSul removeram logomarcas de milhares de peças, transformando apreensões em ajuda humanitária. A iniciativa integra o projeto “Receita Cidadã”, que destina bens apreendidos a fins sociais, conciliando responsabilidade fiscal com ecoeficiência.

Tecnologia permite levantamento preciso de áreas

Outro destaque da atuação da Receita Federal foi o uso de drones de última geração para mapear áreas alagadas. Operadores de diversos estados passaram a sobrevoar diariamente as regiões afetadas, produzindo imagens aéreas de alta resolução que subsidiaram ações de reconstrução e busca por desaparecidos. A operação, coordenada pela Equipe de Operações Aéreas (Ceoar), mapeou mais de 19 milhões de metros quadrados, demonstrando a versatilidade tecnológica do órgão.

Pacote emergencial assegura prorrogações, liberações financeiras e simplificação de obrigações

Além da atuação de campo, a Receita Federal implementou um robusto pacote de medidas fiscais emergenciais. A Portaria RFB nº 415/2024 prorrogou prazos para pagamento de tributos federais e cumprimento de obrigações acessórias nos municípios em calamidade. A entrega da Declaração do Imposto de Renda foi adiada, e os prazos processuais suspensos.

Em parceria com a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), a Receita também prorrogou a validade de Certidões

Negativas de Débito e facilitou o cumprimento de obrigações do Simples Nacional. A liberação antecipada de R\$ 1,4 bilhão em restituições do Imposto de Renda de Pessoa Física (IRPF) e a aceleração de análises de Pedido Eletrônico de Restituição, Ressarcimento ou Reembolso e Declaração de Compensação (PER/DCOMP) resultaram em mais R\$ 1,3 bilhão em créditos liberados para empresas e pessoas físicas.

No campo aduaneiro, a criação do programa “Receita Via Rápida” simplificou a entrada de doações internacionais. A primeira carga: 80 toneladas de água mineral doadas pelo Paraguai, chegou ao RS com despacho expresso, marcando o início de uma nova era de agilidade humanitária na aduana brasileira.

Articulação viabiliza doações, reaproveitamento de bens e apoio social

A gestão de Altemir Melo também se destacou pela articulação com governos locais e órgãos parceiros. A RFB firmou acordo com o governo estadual para destinação de mercadorias apreendidas a projetos sociais. A medida, além de evitar o desperdício, fortaleceu a imagem da Receita como parceira no desenvolvimento regional.

Durante a crise, todas as unidades da Receita no país tornaram-se pontos de coleta de doativos, canalizando a solidariedade da sociedade e dos servidores para as comunidades gaúchas. A atuação integrada com a Defesa Civil, Forças Armadas e governos municipais evidenciou a capacidade da Receita de operar em rede, com foco no bem comum.





ALTEMIR LINHARES DE MELO
SUPERINTENDENT OF THE 10TH FISCAL REGION OF THE
BRAZILIAN FEDERAL REVENUE SERVICE

Federal Revenue Management Coordinates Response to Climate Disaster in Rio Grande do Sul

Fiscal measures, logistical actions, and humanitarian support marked the work of the 10th Fiscal Region in 2024

Altemir Linhares de Melo has served as Superintendent of the 10th Fiscal Region of the Brazilian Federal Revenue Service since April 2022, with exclusive jurisdiction over the state of Rio Grande do Sul. A career tax auditor since 1999, he entered public service in 1991 and holds degrees in Accounting Sciences, a specialization in Strategic Management, and a master's in Business Administration with a focus on tax compliance.

Throughout his career, he has worked in border units, regional offices, and at the Federal Revenue Service's central administration in Brasília. He has held strategic positions, including Advisor to the Office of the Secretary of the Brazilian Federal Revenue Service, Head of the Office for Fiscal Cooperation and Integration, and Director-General of Auditing, a role responsible for defining nationwide guidelines for tax audits and combating tax evasion.

During the floods that struck Rio Grande do Sul in April and May 2024, the Brazilian Federal Revenue Service—under the coordination of the 10th Fiscal Region—implemented a comprehensive set of fiscal, customs, logistical, and humanitarian actions. Teams took part in operations to support isolated populations and in the allocation of seized goods to affected communities, with logistical support from the Brazilian Postal Service (Correios).

Among the initiatives, a partnership with the Federal Institute of Rio Grande do Sul stood out, enabling the de-characterization of counterfeit clothing for donation under the Receita Cidadã (Citizen Revenue) program. The Brazilian Federal Revenue Service also deployed drones for aerial mapping of flooded areas, covering more than 19 million square meters, with imagery used by rescue and reconstruction agencies.

On the fiscal front, an emergency package was implemented that included extensions of deadlines for the payment of federal taxes, filing of the Individual Income Tax Return (IRPF), and compliance with ancillary tax obligations. In addition, BRL 1.4 billion in IRPF refunds and BRL 1.3 billion in tax credits were released in advance through the PER/DCOMP system.

In the customs area, the Receita Via Rápida (Fast-Track Revenue) program streamlined the clearance of international donations, enabling the swift entry of humanitarian cargo, such as 80 metric tons of bottled water donated by Paraguay. The integrated response involved federal, state, and municipal authorities, as well as Civil Defense and the Armed Forces.

These actions took place in the context of a disaster that affected 478 municipalities in Rio Grande do Sul, impacted approximately 2.4 million people, and caused estimated losses of BRL 87 billion.



Posse do novo delegado de Itajaí

André Sette Camara



ITAJAI



ANDRÉ SETTE CAMARA

Delegado da Alfândega no Porto de Itajaí

EFICIÊNCIA LOGÍSTICA COM FISCALIZAÇÃO COMPETENTE*Atuação combina atributos para sustentar a competitividade do comércio exterior brasileiro sem abrir mão do controle aduaneiro*

À frente da Alfândega no Porto de Itajaí desde julho de 2025, André Bueno Brandão Sette e Camara assumiu a chefia de uma das unidades aduaneiras mais estratégicas do país. Auditor-fiscal de carreira, com formação em Direito Tributário, ele chega ao cargo com experiência no enfrentamento a ilícitos aduaneiros e com a missão de fortalecer a modernização dos controles em um dos principais hubs logísticos do Brasil, sob a estrutura da Receita Federal do Brasil.

Desde a posse, tem defendido uma atuação que vá além da arrecadação, ancorada na integração institucional, no uso intensivo de tecnologia e na construção de um ambiente seguro, transparente e competitivo para importadores e exportadores. À frente da Alfândega que atua no complexo portuário da foz do rio Itajaí-Açu, com atribuições que envolvem portos, aeroportos e operações com navios de passageiros, ele destaca o papel estratégico da unidade para o desenvolvimento do Vale do Itajaí e para a inserção do Brasil nas cadeias globais de comércio.

Nesta entrevista exclusiva à Revista Aduana, André Sette e Camara apresenta uma visão consistente sobre o papel contemporâneo da Alfândega de Itajaí: uma instituição de Estado que atua como eixo estruturante da competitividade econômica, sem abrir mão do rigor no controle aduaneiro. A mensagem que atravessa toda a conversa é a de que desenvolvimento econômico, segurança jurídica e proteção das fronteiras não são agendas opostas, mas complementares dentro de uma atuação aduaneira moderna e estratégica, alinhada à missão da Receita Federal do Brasil.

**Como o senhor avalia o papel da Alfândega de Itajaí no contexto econômico de uma região que abriga o maior PIB de Santa Catarina?**

A Alfândega do Porto de Itajaí exerce um papel absolutamente central no desenvolvimento econômico regional e nacional, inserida em um território que abriga o maior Produto Interno Bruto de Santa Catarina e que se caracteriza por elevada integração às cadeias globais de comércio. Trata-se de uma região com forte especialização logística, industrial e portuária, cuja dinâmica econômica depende diretamente da eficiência, previsibilidade e segurança das operações de comércio exterior. Apenas neste ano, a unidade foi responsável pelo processamento de mais de 210 mil declarações de importação, concentrando também parcela significativa do despacho aduaneiro de Santa Catarina e do Paraná. Esses números evidenciam que a Alfândega de Itajaí não atua apenas como órgão de controle, mas como um verdadeiro eixo estruturante da competitividade regional. Esse protagonismo se reflete também na arrecadação: mais de 100 bilhões de reais administrados anualmente, o que corresponde a cerca de 10% de toda a arrecadação aduaneira do país. Trata-se de um dado que revela a importância estratégica da unidade para o equilíbrio fiscal nacional e para a credibilidade do Brasil no comércio internacional.

O senhor declarou que sua gestão será pautada pelo equilíbrio entre facilitação, orientação e fiscalização. Como esse tripé deve se refletir no dia a dia? Quais serão as prioridades da sua gestão?

A gestão da Alfândega precisa estar alinhada a uma visão moderna de administração aduaneira, capaz de equilibrar eficiência econômica e rigor institucional. A atuação será pautada pelo equilíbrio

entre facilitação, orientação e fiscalização, em consonância com a pirâmide de conformidade preconizada pela OCDE. No cotidiano, isso se traduz na facilitação das operações dos operadores regulares e de baixo risco, com processos cada vez mais digitais e previsíveis; na orientação ativa daqueles que enfrentam dúvidas normativas ou ingressam recentemente no comércio exterior; e na fiscalização firme e tecnicamente qualificada dos agentes que, de forma dolosa, buscam burlar a legislação aduaneira e tributária. As prioridades da gestão passam pelo fortalecimento da análise de risco, pelo uso intensivo de dados e tecnologia, pela valorização dos servidores e pela intensificação da cooperação interinstitucional, sempre com foco na segurança jurídica e na integridade da cadeia logística.

A região portuária de Itajaí e Navegantes passa por mudanças estruturais e concessões. De que forma essas transformações impactam o trabalho da Alfândega?

As transformações estruturais pelas quais passam os portos de Itajaí e Navegantes, especialmente em razão de novos modelos de concessão e de investimentos privados em infraestrutura, impactam diretamente o trabalho da Alfândega. Esses movimentos ampliam a capacidade logística, atraem novas rotas e aumentam a competitividade regional, mas também exigem da Aduana capacidade de adaptação, revisão constante de fluxos operacionais e presença institucional desde a fase de planejamento dos empreendimentos. A expansão física e operacional dos terminais precisa caminhar lado a lado com soluções de controle aduaneiro eficientes, sob pena de se criarem gargalos que comprometam a fluidez e a segurança das operações.

Por atuar simultaneamente em portos, aeroportos e navios de passageiros, quais são os principais desafios operacionais enfrentados pela Alfândega de Itajaí?

Um dos grandes diferenciais da Alfândega de Itajaí é sua atuação simultânea em múltiplos ambientes: portos organizados, terminais de uso privado, centros logísticos, aeroporto e, de forma singular no país, também em operações envolvendo navios de passageiros. Essa diversidade de atribuições impõe desafios relevantes de gestão, especialmente no que diz respeito à alocação de recursos humanos, à especialização técnica das equipes e à gestão de riscos distintos em cada modal. Ao mesmo tempo, essa complexidade confere à unidade uma visão integrada do controle aduaneiro, permitindo respostas mais completas e coordenadas às demandas do comércio exterior contemporâneo.

O turismo marítimo cresce na região, especialmente com navios de passageiros. Como funciona o controle aduaneiro nessas operações e quais os maiores desafios nessa frente?

No campo do turismo marítimo, que cresce de forma consistente na região, o controle aduaneiro assume contornos específicos. As operações com navios de passageiros envolvem não apenas o controle de bagagens, mas também de tripulações, provisões de bordo e aspectos sensíveis de segurança internacional. O principal desafio está em conciliar fluidez e boa experiência ao turista com a necessidade de controle rigoroso. Isso demanda planejamento antecipado, integração com outros órgãos de Estado e uso intensivo de análise de risco, evitando abordagens indiscriminadas e concentrando esforços em perfis efetivamente sensíveis,

sempre alinhado às demandas das Prefeituras no processo de alfandegamento de novos píeres de turismo.

Quais são hoje os principais tipos de fraude aduaneira detectados nos portos de Itajaí e Navegantes? Houve aumento ou mudança no perfil das tentativas de ilícito?

Quanto às fraudes aduaneiras, observa-se nos portos de Itajaí e Navegantes a recorrência de práticas como subfaturamento, classificação fiscal incorreta, interposição fraudulenta de terceiros e tentativas de ocultação de entorpecentes em cargas aparentemente lícitas. Há um claro aumento da sofisticação dessas tentativas, com o uso de estruturas empresariais complexas e cadeias logísticas fragmentadas, o que reforça a importância da inteligência fiscal, do intercâmbio de informações e da cooperação internacional como instrumentos centrais da repressão aduaneira.

Como a Receita Federal tem utilizado tecnologias como scanners de raios X, análise de risco e inteligência artificial para tornar as inspeções mais ágeis sem comprometer a segurança?

A tecnologia tem sido uma aliada fundamental na atuação da Receita Federal. O uso de scanners de raios X, sistemas avançados de análise de risco, cruzamento massivo de dados e aplicações de inteligência artificial permite tornar as inspeções mais seletivas e eficazes. Essas ferramentas reduzem custos logísticos para os operadores regulares, aumentam a previsibilidade das operações e permitem concentrar a atuação estatal onde o risco é efetivamente maior, sem comprometer a segurança da cadeia logística.

Como a Alfândega vivencia cenários como a crescente tensão comercial global, notadamente os impactos de medidas tarifárias dos Estados Unidos sobre o Brasil?

O cenário internacional atual, marcado por crescentes tensões comerciais e pela adoção de medidas tarifárias unilaterais por grandes economias, afeta diretamente os fluxos de comércio e as estratégias empresariais. Para a Alfândega, isso exige atenção redobrada ao cumprimento das regras de origem, aos regimes aduaneiros especiais e às medidas de defesa comercial. O papel da Receita Federal é garantir a aplicação técnica, imparcial e previsível da legislação brasileira e dos acordos internacionais, oferecendo segurança jurídica aos operadores mesmo em contextos de instabilidade geopolítica.

Que mensagem o senhor deixa para a comunidade portuária sobre o papel da Alfândega como parceira do desenvolvimento econômico sem perder a rigorosidade necessária ao controle de fronteiras?

A Alfândega de Itajaí é uma instituição de Estado comprometida simultaneamente com o desenvolvimento econômico e com a proteção das fronteiras, da arrecadação e da sociedade. Facilitar o comércio lícito e combater o ilícito não são objetivos contraditórios, mas complementares. Onde há diálogo, transparência e conformidade, há espaço para eficiência, segurança jurídica e crescimento sustentável. A Alfândega seguirá atuando como parceira do desenvolvimento regional, sem abrir mão do rigor técnico e institucional que a missão aduaneira exige.





ANDRÉ SETTE E CAMARA
CHIEF OF CUSTOMS AT THE PORT OF ITAJAÍ

Itajaí Customs Balances Logistical Efficiency with Customs Control

Management prioritizes technology, risk analysis, and legal certainty in foreign trade

Since July 2025, André Bueno Brandão Sette e Camara has headed the Customs Office at the Port of Itajaí, one of the most strategic customs units in the country. A tax auditor with the Brazilian Federal Revenue Service and trained in Tax Law, he assumed the position with a focus on modernizing controls and combating customs-related offenses at one of Brazil's leading logistics hubs.

The unit operates within a complex that includes seaports, private terminals, an airport, and passenger vessel operations. In a single year, it processes more than 210,000 import declarations and administers approximately BRL 100 billion in customs revenue, representing about 10% of the national total. This volume underscores the importance of the Itajaí Customs Office to the economies of Santa Catarina and Paraná, as well as to the country's fiscal balance.

A balance between trade facilitation, guidance, and enforcement guides management. Regular, low-risk operators are prioritized through simplified, predictable procedures, while enforcement efforts focus on transactions that indicate irregularity. Actions focus on strengthening risk analysis, intensive data use, technology application, and interinstitutional cooperation.



Structural transformations at the ports of Itajaí and Navegantes—driven by concessions and private investment—require continuous adaptation of operational flows and a strong technical presence of Customs from the planning stage onward. The expansion of logistics capacity requires control solutions capable of handling the growing volume of cargo and operations.

Key challenges include the diversity of transport modes and operations involving passenger vessels, which require controls over baggage, crews, and onboard supplies. The growth of maritime tourism in the region demands integration with other public authorities and careful use of risk analysis to reconcile efficiency with security.

In combating illicit activities, Customs identifies practices such as under-invoic-



ing, incorrect tariff classification, fraudulent interposition, and concealment of narcotics within legitimate cargo. The increasing sophistication of fraudulent practices underscores the importance of fiscal intelligence, information exchange, and international cooperation.

The use of X-ray scanners, advanced risk-analysis systems, and artificial intelligence applications enables more selective inspections, reduced logistics costs, and greater predictability for compliant operators, without compromising the security of the logistics chain.

In a context of international trade tensions, Customs action focuses on the technical and predictable application of customs legislation, with particular attention to rules of origin, special customs regimes, and trade defense measures, thereby ensuring legal certainty for Brazilian foreign trade.

IM BI TU BA

Crédito foto: Anderson Coelho

CELSO FUSSIGER LUZ

Inspetor da Inspetoria em Imbituba

FISCALIZAÇÃO INTEGRADA É INTENSIFICADA NO PORTO DE IMBITUBA

Ações articuladas reforçam o controle aduaneiro e a organização dos fluxos operacionais em cenário de expansão portuária

As ações de fiscalização integradas realizadas no Porto de Imbituba têm concentrado esforços na repressão a irregularidades e na organização dos fluxos operacionais, em um cenário de expansão da atividade portuária. A atuação da Receita Federal do Brasil combina controle aduaneiro rigoroso com alinhamento de procedimentos junto a operadores e órgãos anuentes, buscando reduzir tempos operacionais sem comprometer a segurança das operações de comércio exterior.

A coordenação dessas atividades é conduzida por Celso Fussiger Luz, inspetor-chefe da Inspetoria da Receita Federal em Imbituba. O auditor fiscal é formado em Ciências Contábeis pela Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões (URI), em Erechim, possui especialização em Direito Aduaneiro e Comércio Exterior pela Universidade Católica de Brasília.

Servidor de carreira desde 2003, o auditor atuou majoritariamente nas áreas de repressão ao contrabando e ao descaminho em zona secundária, além da análise de processos de direito creditório. A trajetória inclui atividades voltadas ao controle aduaneiro e à aplicação da legislação tributária federal.



À frente da inspetoria localizada no Porto de Imbituba, o inspetor-chefe trabalha na articulação de procedimentos com intervenientes e operadores portuários. A atuação busca reduzir o tempo de atracação de navios e dar maior fluidez às operações, mantendo os mecanismos de fiscalização e controle exigidos para a proteção da economia nacional, da saúde pública e da livre concorrência.

A integração com outros órgãos anuentes e de fiscalização tem sido adotada como diretriz operacional. Um exemplo foi a operação realizada no Terminal de Cargas do porto, em dezembro de 2025, quando a Receita Federal do Brasil, em conjunto com a ANATEL, reteve mais de 473.500 produtos de telecomunicações não homologados. Entre os itens estavam fones de ouvido, carregadores e projetores importados de forma irregular.

O Porto de Imbituba está inserido em um plano de expansão com investimentos públicos previstos até 2030 na ordem de R\$ 300 milhões e aportes privados estimados em R\$ 630 milhões. Em 2025, o complexo portuário movimentou mais de 7 milhões de toneladas de cargas.

Com a recente aquisição do terminal de contêineres TECON Imbituba pela multinacional francesa CMA CGM, a expectativa é de aumento na movimentação de contêineres, ampliando a demanda por coordenação entre fiscalização aduaneira e operações logísticas no porto.

**EDUCAÇÃO MODERNA COM
TECNOLOGIA PARA APRENDER**

Transformando o presente para preparar
o futuro da educação.

g!zz
Editora e Distribuidora

Edifício Duas Fátimas - R. Cel. Marcos Rosário, 230
Sala 101, Centro, Gramma/SC, CEP 88601-900



CELSO FUSSIGER LUZ CHIEF INSPECTOR, FEDERAL REVENUE SERVICE INSPECTORATE IN IMBITUBA

Federal Revenue Intensifies Integrated Enforcement at the Port of Imbituba

Operations align customs control and operational organization amid port expansion

The Brazilian Federal Revenue Service has intensified integrated enforcement actions at the Port of Imbituba, focusing on suppressing irregularities and optimizing operational flows. The approach combines strict customs control with procedural alignment among operators and regulatory agencies, in a context of expanding port activity.

Coordination of these actions is led by Celso Fussiger Luz, Chief Inspector of the Federal Revenue Service Inspectorate in Imbituba. A career tax auditor since 2003, he holds a degree in Accounting Sciences and a postgraduate specialization in Customs Law and Foreign Trade. His professional background includes work combating smuggling and misappropriation of goods, as well as analyzing tax credit entitlement proceedings.

Under his management, the Inspectorate's efforts focus on coordination with port stakeholders to reduce vessel berthing time and improve operational fluidity, without compromising the enforcement mechanisms required to protect the economy, public health, and free competition.

Integration with other public authorities is a core operational guideline. In December 2025, a joint operation with the National Telecommunications Agency resulted in the seizure of more than 473,500 non-certified telecommunications products at the port's cargo terminal.

The Port of Imbituba is undergoing an expansion phase, with projected public investments of BRL 300 million by 2030 and estimated private investments of BRL 630 million. In 2025, the complex handled more than 7 million metric tons of cargo. The acquisition of the TE-CON Imbituba container terminal by the multinational CMA CGM is expected to increase container throughput and intensify the need for coordination between customs enforcement and logistics operations.

PUREZA, QUALIDADE E ENTREGA COM EXCELÊNCIA.

Excelência nacional em sal refinado de alta qualidade, reconhecida internacionalmente. Atendemos grandes indústrias e consumo doméstico. Entrega rápida e confiável em todo o Brasil.

Certificação de qualidade internacional
IFS Food

Fornecimento de alto nível para indústrias e consumidores

Entrega ágil e segura em todo o Brasil

Para mais informações e pedidos, entre em contato conosco!

(48) 3355-8800
 (48) 99658-3801
 comercial@refisa.com.br

www.refisa.com.br

ABTI: cinco décadas de atuação colaborativa pelo transporte rodoviário internacional

Com mais de 50 anos de atuação contínua, a Associação Brasileira de Transportadores Internacionais (ABTI) consolida-se como a principal entidade representativa sem fins lucrativos do Transporte Rodoviário Internacional de Cargas (TRIC) no Brasil. Sua trajetória é marcada pela dedicação ao fortalecimento de um setor estratégico, que opera diariamente em um ambiente de elevada complexidade, resultado da interação entre diferentes países, culturas, legislações, regimes aduaneiros, exigências operacionais e dinâmicas mercadológicas locais e estrangeiras.



Sediada em Uruguaiana (RS) — um dos principais corredores logísticos do comércio exterior brasileiro — **a ABTI atua de forma próxima às realidades das fronteiras terrestres**, o que confere à entidade um papel singular na identificação de gargalos, na proposição de soluções técnicas e no diálogo qualificado com os órgãos públicos nacionais e internacionais responsáveis pela regulação e pelo controle das operações.

Atualmente, as transportadoras associadas à ABTI representam aproximadamente 70% da frota brasileira habilitada para operar no Mercosul, o que reforça a relevância institucional da entidade e sua responsabilidade na defesa de condições operacionais equilibradas, seguras e eficientes.

Serviços, suporte técnico e representação do setor

A ABTI oferece aos seus associados um conjunto abrangente de serviços e suporte técnico, voltados à excelência das operações internacionais. A atuação da entidade abrange desde a habilitação ao trânsito internacional, passando pelo acompanhamento normativo, pela compilação e difusão de legislações, e orientações técnicas que impactam diretamente a competitividade e a conformidade das transportadoras.

Esse trabalho contínuo de assessoramento permite que os transportadores estejam atualizados e reduzam riscos operacionais, contribuindo para a padronização de boas práticas.

FREDERICO ANTUNES Deputado estadual

FREE SHOPS E AVIAÇÃO REGIONAL IMPULSIONAM DESENVOLVIMENTO NO RS

Atuação parlamentar articula políticas de fronteira, mobilidade aérea e integração internacional com relevante impacto econômico

O deputado estadual Frederico Antunes (PP) continua liderando iniciativas estratégicas para impulsionar o desenvolvimento do Rio Grande do Sul, especialmente nas regiões de fronteira e no interior do Estado. Em 2025, sua atuação nas áreas de lojas francas terrestres e de aviação regional ganhou novo fôlego, com resultados concretos, expansão de investimentos e fortalecimento de políticas públicas estruturantes.

A agenda liderada pelo parlamentar combina livre comércio nas fronteiras, mobilidade aérea regional e à integração internacional como pilares de uma estratégia clara: reduzir desigualdades regionais, gerar emprego e posicionar o Rio Grande do Sul como protagonista no Sul do Brasil e no Mercosul.

Para Antunes, free shops e aviação regional, na prática, não são políticas isoladas, são engrenagens do mesmo projeto de desenvolvimento. E, como mostram os números, o motor já está funcionando.



LOJAS FRANCAS: CRESCIMENTO ACELERADO E IMPACTO COMPROVADO NA FRONTEIRA

Presidente da Frente Parlamentar em Defesa da Implantação de Free Shops em Cidades-Gêmeas de Fronteira, Antunes acompanha de perto a consolidação dessa política no Rio Grande do Sul. Dados oficiais indicam que o Estado respondeu por 68% do total de vendas das lojas francas terrestres do Brasil em 2024, com faturamento de US\$ 89,1 milhões.

Atualmente, o RS possui 37 lojas francas em operação, distribuídas em municípios como Uruguaiana, Santana do Livramento, Jaguarão, São Borja, Quaraí e Barra do Quaraí. O número de estabelecimentos registra crescimento contínuo desde 2018. Apenas Uruguaiana respondeu por 46% das vendas nacionais no último ano, consolidando-se como o principal polo de turismo de compras do país.

Em Santana do Livramento, há previsão de novos investimentos privados, com ampliação da rede de free shops e geração adicional de empregos diretos, reforçando o papel da cidade como eixo econômico da fronteira oeste.

Estudos do Departamento de Economia e Estatística (DEE/SPGG) indicam que o crescimento das lojas francas não prejudicou o desempenho do comércio tradicional. Pelo contrário: entre 2020 e 2023, o varejo de Uruguaiana, excluindo as lojas francas, cresceu 82%, índice semelhante ao do conjunto do Estado. No mesmo período, os setores de hotelaria e alimentação registraram crescimento de 67%, bem acima da média estadual.

Os dados também indicam impacto sobre o emprego formal. Em Uruguaiana, os postos de trabalho nos setores de comércio, alojamento e alimentação cresceram acima da média do Rio Grande do Sul após a implantação do modelo.

Antunes também lidera o debate técnico sobre a revisão da cota de compras, atualmente fixada em US\$ 500. Estudos avaliam que a elevação do limite pode ampliar o fluxo de consumidores e estimular novos investimentos privados nas cidades de fronteira.



68%

foi o quanto os free shops do RS representaram em relação às vendas de todas as lojas francas terrestres do Brasil em 2024

Aviação regional: política pública para integrar o interior

Na área da mobilidade aérea, Frederico Antunes é uma das principais vozes na defesa da aviação regional no Parlamento gaúcho. Como líder da Frente Parlamentar da Aviação Civil Regional, acompanhou a assinatura, em julho de 2025, dos decretos que fortaleceram o alcance do Programa Estadual de Desenvolvimento da Aviação Regional (PDAR-RS).

As medidas incluem redução da alíquota do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) sobre o querosene de aviação e ajustes regulatórios voltados à operação das companhias aéreas.

Como resultado, foram anunciadas novas ligações aéreas entre Porto Alegre e cidades estratégicas como Bagé, Santa Rosa, Passo Fundo, Rio Grande, São Borja e Santana do Livramento. Os primeiros voos iniciaram a operação em setembro de 2025, com previsão de ampliação gradual da malha até o final do ano.

Uma das rotas em estudo envolve a integração aérea binacional entre Santana do Livramento e Rivera (Uruguai), reforçando a lógica de cidades-gêmeas e aprofundando a integração regional no âmbito do Mercosul.

Para Antunes, a aviação regional é ferramenta de desenvolvimento:

“avião não pode ser luxo; é infraestrutura básica para manter pessoas no interior, atrair empresas e integrar o Estado”.

Integração regional e diplomacia de fronteira

A atuação do deputado também inclui agendas institucionais voltadas à integração regional. Durante a 48ª Expointer, realizada em setembro de 2025, Antunes participou de reunião com o governador Eduardo Leite e o embaixador argentino Guillermo Raimondi. O encontro tratou de temas como turismo, energia e projetos de infraestrutura binacional, incluindo a avaliação de novas pontes internacionais. Segundo o parlamentar, o aumento do fluxo de turistas argentinos no Rio Grande do Sul tem impacto direto sobre o comércio de fronteira e fortalece ainda mais o papel estratégico das lojas francas como instrumento de desenvolvimento regional.





FREDERICO ANTUNES STATE LEGISLATOR

Duty-Free Shops and Regional Aviation Advance as Border Policies in Rio Grande do Sul

Parliamentary work integrates trade, air mobility, and regional integration

In 2025, State Deputy Frederico Antunes is active on two fronts central to the development of Rio Grande do Sul: the consolidation of land-based duty-free shops in border cities and the strengthening of regional aviation. These initiatives focus on inland regions and border areas, aiming to stimulate economic activity and promote regional integration.

In the area of duty-free shops, Antunes chairs the Parliamentary Front in Defense of the Implementation of Duty-Free Shops in Twin Cities. Official data show that Rio Grande do Sul accounted for 68% of national sales from land-based duty-free shops in 2024, totaling USD 89.1 million in revenue.

The state currently has 37 operating establishments, located in municipalities such as Uruguaiana, Santana do Livramento, Jaguarão, and São Borja. Uruguaiana alone accounted for 46% of national sales during the period.

Studies by the Department of Economy and Statistics indicate that the expansion of duty-free shops occurred in parallel with growth in traditional retail. Between 2020 and 2023, retail trade in Uruguaiana—excluding duty-free shops—grew by 82%, while the hospitality and food services sectors expanded by 67%. The data also show an increase in formal employment in these segments. The deputy is also monitoring technical studies regarding a revision of the shopping allowance, currently set at USD 500.



In the area of air mobility, Antunes leads the Parliamentary Front on Regional Civil Aviation and followed the expansion of the State Program for the Development of Regional Aviation (PDAR-RS), formalized through decrees signed in July 2025. The measures include a reduction in ICMS on aviation fuel and regulatory adjustments to enable new routes.

As a result, air connections were announced between Porto Alegre and cities such as Bagé, Santa Rosa, Passo Fundo, Rio Grande, São Borja, and Santana do Livramento, with operations scheduled to begin in September 2025. There are also studies underway for a binational route between Santana do Livramento and Rivera, Uruguay.

Parliamentary activity further includes regional integration agendas. In September 2025, during Expointer, Antunes participated in a meeting with state authorities and representatives from Argentina to discuss tourism, energy, and binational infrastructure projects, including the assessment of new international bridges.



Conectando logística,
comércio exterior e
eficiência aduaneira

No cenário dinâmico do comércio exterior brasileiro, a Associação Brasileira de Portos Secos e CLIAS (ABEPRA) se destaca como uma entidade estratégica, que há cinco décadas vem fomentando a modernização e a eficiência da cadeia logística nacional. A ABEPRA representa um pilar fundamental da logística aduaneira, reforçando o papel dos recintos alfandegados de zona secundária como elementos essenciais para o desenvolvimento econômico e competitivo do Brasil no comércio internacional.

Uma associação com alcance nacional e impacto setorial

A ABEPRA tem seus associados presentes em 11 estados brasileiros, conectados aos principais polos consumidores e produtivos do país. Esses recintos alfandegados têm a função de movimentar, armazenar e despachar mercadorias sob controle aduaneiro, concentrando em um único local uma série de serviços que tornam a operação logística mais eficiente e econômica para exportadores e importadores.

Ao interiorizar serviços aduaneiros os Portos Secos e CLIAS aproximam os principais centros produtores e consumidores das soluções logísticas, reduzindo custos de transporte, descongestionando as zonas primárias e democratizando os regimes aduaneiros.

Diálogo institucional e fortalecimento do setor

A atuação institucional da ABEPRA é reconhecida em diferentes frentes. Em evento comemorativo pelos 50 anos em Brasília, autoridades governamentais e lideranças empresariais enfatizaram o papel estratégico dos portos secos para o comércio exterior e para uma logística integrada no país.

Além disso, debates em instâncias legislativas, como por exemplo, a audiência pública realizada na Comissão de Viação e Transportes da Câmara dos Deputados, que colocou a instalação e o papel dos portos secos e CLIAS no centro das discussões sobre infraestrutura logística brasileira, destacando sua contribuição para reduzir tempos e custos de transporte.

Contribuição para o desenvolvimento econômico e aduaneiro.

Os portos secos associados à ABEPRA representam um elo estratégico entre a operação aduaneira e a cadeia logística integrada. Ao facilitar processos, reduzir custos e promover a proximidade entre serviços alfandegários e mercados, esses recintos contribuem diretamente para a competitividade internacional das empresas brasileiras e para o fortalecimento da infraestrutura logística do país.

Perspectivas futuras

Com meio século de história, 2025 foi para a ABEPRA um ano de com relevante atuação estratégica junto ao governo, aos poderes Legislativo e Executivo e às principais instituições do setor logístico, em busca da promoção do aprimoramento regulatório do setor.

Nesse contexto, a aprovação do Marco Legal dos Portos Secos A2 assume papel central para o futuro do setor. A consolidação de um arcabouço jurídico moderno, claro e estável é fundamental para garantir segurança jurídica aos investimentos, ampliar a previsibilidade regulatória e fortalecer a integração dos portos secos e CLIAS à política nacional de logística e comércio exterior. Esse marco permitirá não apenas a expansão e modernização dos recintos alfandegados de zona secundária, mas também a plena valorização de seu papel estratégico na desconcentração das operações aduaneiras, na redução do custo Brasil e no aumento da competitividade do país no cenário internacional.

A ABEPRA termina o ano de 2025 reafirmando seu compromisso em fortalecer a infraestrutura aduaneira nacional, apoiar o desenvolvimento econômico e impulsionar soluções logísticas inovadoras que aproximem o Brasil das melhores práticas internacionais.



O Marco Legal do Porto Seco A2: um avanço estruturante para a logística e o comércio exterior brasileiro

A existência de um Marco Legal claro, moderno, sustentável e alinhado às melhores práticas internacionais é essencial para que o Brasil avance rumo a um ambiente aduaneiro e logístico mais eficiente, previsível e competitivo. O Marco Legal do Porto Seco A2 nasce exatamente dessa necessidade: organizar, atualizar e consolidar regras que ofereçam segurança jurídica, atraiam investimentos e promovam eficiência operacional em toda a cadeia do comércio exterior.



Para quem vive o dia a dia do setor, o Marco Legal é mais do que uma normativa — trata-se de um verdadeiro divisor de águas. A relevância desse avanço foi enfatizada por diversas autoridades diretamente envolvidas no desenvolvimento da regulamentação. Para **Fabiano Coelho, Subsecretário da Administração Aduaneira**, “a regulamentação do A2 representa a maturidade de uma discussão que já se estende por muitos anos. Ao encaminhá-la ao Congresso Nacional, avançamos para um modelo mais moderno, seguro e aderente às necessidades do comércio exterior, garantindo que a política pública evolua com transparência, previsibilidade e alinhamento aos padrões internacionais”.

Essa visão converge com uma demanda histórica do setor produtivo e logístico: estabilidade normativa e coerência com práticas globais. O Marco Legal visa substituir lacunas históricas por regras claras e aderentes às



exigências de um comércio exterior cada vez mais dinâmico. Na mesma direção, o **Coordenador-Geral da Administração Aduaneira (Coana), Felipe Mendes**, reforça a transformação estrutural promovida pelo novo modelo: “A transição do regime de concessão pública para um modelo de autorização no A2 marca uma inflexão estrutural: passamos a tratar o operador não como um concessionário do Estado, mas como um agente autorizado a atuar em um ecossistema regulado, com regras claras, controles modernos e incentivos alinhados à qualidade e ao desempenho”.

Essa mudança repositiva os portos secos no mapa logístico do País, ampliando sua relevância econômica e sua capacidade de gerar desenvolvimento regional. O Marco Legal do Porto Seco A2 também se insere em uma agenda mais ampla, que reconhece a logística como vetor de produtividade nacional. O **Ministro de Portos e Aeroportos, Silvio Costa Filho**, destaca que “os portos secos são estratégicos para levar desenvolvimento regional e geração de emprego e renda para o interior, além de terem papel importante na integração logística”.



Segundo o ministro, pela proximidade com polos produtivos e por possibilitarem armazenagem, movimentação e desembaraço aduaneiro mais ágeis, os portos secos “contribuem para a redução de custos logísticos, a agilização de processos e uma melhor distribuição das mercadorias no mercado interno”. Integrados a rodovias e ferrovias, essas estruturas “descongestionam os grandes portos e consolidam um novo eixo de desenvolvimento sustentável no interior”, reforçando sua importância estratégica para o Brasil que produz, exporta e importa.



A mesma percepção é compartilhada pelo **Secretário Nacional de Portos, Alex Ávila**, que enfatiza o papel complementar dos Portos Secos A2 à infraestrutura portuária nacional. Para ele, “os nossos portos secos, as estruturas A2, são equipamentos extremamente importantes para a nossa atividade portuária. Eles servem como complemento aos nossos portos molhados e têm plena condição de fazer uma contribuição extremamente importante e valiosa no escoamento da nossa safra, bem como na recepção dos produtos importados”. Ávila projeta ainda o fortalecimento dessas estruturas: “a tendência é que os equipamentos de retaguarda tenham protagonismo crescente, à medida que avançarmos no aprimoramento da legislação e permitirmos investimentos com mais segurança jurídica e previsibilidade”.

Do ponto de vista do setor empresarial, o Marco Legal representa uma mudança decisiva. O **presidente do Conselho Deliberativo da ABEPR, Djalma Vilela**, afirma que a aprovação do novo marco dos portos secos A2 é fundamental para garantir segurança jurídica e previsibilidade. Segundo ele, a proposta é fruto de uma construção conjunta entre o setor privado e a Receita Federal e responde a uma expectativa antiga. “Do ponto de vista empresarial, é exatamente isso que a gente precisa: segurança jurídica e previsibilidade. Hoje existe um regime indeterminado que afeta todo o planejamento”, destaca.



Djalma ressalta que a definição de contratos claros e de longo prazo é essencial para destravar investimentos e ampliar a capacidade do setor. “Quando vamos buscar recursos, a primeira pergunta é sobre o contrato, e muitas vezes a resposta é que ele não existe. Um modelo com contratos previsíveis, com licenças de longo prazo, será um marco para destravar novos investimentos”, afirma. Ele também enfatiza o papel estratégico dos portos secos A2 na interiorização da logística nacional. “A zona secundária foi criada para desenvolver a logística no interior do país e atua de forma complementar à zona primária”, observa, defendendo a consolidação da nomenclatura Porto Seco A2, alinhada às práticas internacionais. “No mundo, esse modelo é conhecido como *dry ports*. Manter essa semântica é importante para dar identidade, clareza e segurança ao novo marco regulatório.”



Na avaliação do **diretor-presidente da ABEPRA, Elielson Almeida**, o Marco Legal do Porto Seco A2 representa “um passo histórico e estruturante para a logística brasileira”. Segundo ele, a iniciativa consolida

anos de diálogo técnico, corrige distorções regulatórias e entrega ao setor os pilares essenciais para o desenvolvimento sustentável. “Mais do que uma mudança normativa, trata-se de uma política de Estado que fortalece a confiança dos agentes econômicos e cria bases sólidas para a modernização do sistema logístico nacional”, afirma.

Elielson destaca ainda que os portos secos A2 são peças-chave para ampliar a competitividade do Brasil no comércio exterior. “Ao aproximarem os serviços aduaneiros dos polos produtivos, reduzirem custos logísticos, acelerarem o fluxo de mercadorias e integrarem rodovias e ferrovias à cadeia internacional, essas estruturas tornam nossas exportações mais

eficientes e nossas importações mais previsíveis”, avalia. Para ele, um marco regulatório robusto permitirá que os portos secos cumpram plenamente seu papel como instrumentos de desenvolvimento regional, ganho de produtividade e inserção do Brasil em cadeias globais cada vez mais exigentes.

Nesse contexto, a ABEPRA atuou de forma técnica, estratégica e permanente ao longo de 2025, dialogando com o Poder Executivo e com o Congresso Nacional para assegurar que o texto chegue ao Legislativo de maneira sólida, madura e coerente. A entidade tem trabalhado para que os parlamentares compreendam que o Marco Legal do Porto Seco A2 é um projeto de Estado, essencial para modernizar o ambiente regulatório, atrair investimentos, fortalecer a segurança jurídica e impulsionar a competitividade do País.

O fortalecimento dos portos secos, apoiado por um marco regulatório robusto, inaugura um novo capítulo para a logística brasileira — um ciclo virtuoso de investimentos, eficiência operacional e crescimento econômico sustentável, alinhado às necessidades do Brasil que produz, exporta, importa e se desenvolve.



BANRISUL
ARMAZÉNS GERAIS

Sua rota segura no comércio exterior.

Agilidade e segurança em exportação e importação há mais de 70 anos.

- 5 armazéns alfandegados
- Certificação OEA (terminal seguro)
- Regime DAC habilitado
- Habilitado pela ANVISA, Exército, PF e FEPAM
- Equipamentos modernos
- Áreas climatizadas e amplo espaço de armazenagem
- Localização estratégica na região metropolitana de Porto Alegre

Conheça nossas soluções:



banrisul
armazéns gerais

bagergs.com.br

Atendimento ao cliente
(51) 3425 7000
bagergs@bagergs.com.br

SAC
0800 646 1515
Ouvidoria
0800 644 2200

ITAJAÍ VOLTOU A **PULSAR** COMO CIDADE PORTUÁRIA.



Em apenas um ano de operação, a **JBS Terminais** ajudou a reescrever a história do Porto de Itajaí.

Geramos empregos, movimentamos a economia, apoiamos projetos sociais e relocalamos a cidade entre os grandes portos do Brasil.

(JBS)
Terminais

CONECTANDO
MUNDOS.